

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Edésio da Silva Santos

**LAZER, TURISMO E QUESTÕES AMBIENTAIS NA
UTILIZAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS EM
PINDAMONHANGABA: Estudo Comparativo**

Taubaté – SP
2008

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Edésio da Silva Santos

**LAZER, TURISMO E QUESTÕES AMBIENTAIS NA
UTILIZAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS EM
PINDAMONHANGABA: Estudo Comparativo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté, para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Área de concentração: Ciências Ambientais.
Orientador: Prof. Dr. Flávio José Nery Conde
Malta

Taubaté – SP
2008

**Ficha catalográfica elaborada pelo
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas / UNITAU**

S2371 Santos, Edésio da Silva
Lazer, turismo e questões ambientais na utilização de áreas naturais em Pindamonhangaba: estudo comparativo / Edésio da Silva Santos. - 2008.
91f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais, 2008.
Orientação: Prof. Dr. Flávio José Nery Conde Malta, Departamento de Arquitetura.

1. Meio ambiente. 2. Áreas naturais. 3. Questões ambientais.
4. Lazer. 5. Turismo. I. Título.

EDÉSIO DA SILVA SANTOS

**LAZER, TURISMO E QUESTÕES AMBIENTAIS NA UTILIZAÇÃO DE ÁREAS
NATURAIS EM PINDAMONHANGABA: Estudo Comparativo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté, para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Área de concentração: Ciências Ambientais.

Dissertação aprovada em 28/03/2008

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flávio José Nery Conde Malta

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/UNITAU

Prof^{da}. Dr^a. Maria Dolores Alves Cocco

Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais/UNITAU

Prof. Dr. Pedro Alcântara Bittencourt César

Instituto de Ensino São Sebastião

Prof. Dr. Flávio José Nery Conde Malta

Orientador

*A minha esposa e aos meus filhos,
Sem os quais teria apenas passado pela vida,
Sem nunca ter realmente vivido,
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de Pós-Graduação da Unitau, pela oportunidade de realizar o Curso de Mestrado.

Ao meu orientador Professor Dr. Flávio José Nery Conde Malta.

Aos Doutores Cyro de Barros Rezende Filho e Maria Dolores Alves Cocco, pela importante contribuição no exame de qualificação.

À todos os amigos e colegas que conquistei durante o curso.

À minha esposa, pelo amor carinho, compreensão, apoio, demonstrados no dia a dia.

Aos meus filhos, as razões de minha vida, sem palavras mas com muito amor.

À todos parentes e amigos, que direta ou indiretamente contribuíram, dando-me apoio e incentivo em minha caminhada; em Especial ao Dr. Pedro de Alcântara B. Cesar o qual contribui de forma decisiva para realização deste trabalho.

Aos amigos e colegas do departamento de Educação Física da Unitau, por todo o apoio e pelas felizes experiências compartilhadas.

Aos funcionários, colegas e amigos da Universidade de Taubaté.

À professora Ms. Beatriz Stigliano, pelo incentivo a ingressar na carreira acadêmica.

Ao amigo Fernando pelo auxílio nas horas decisivas.

À memória de meus pais, pela compreensão e confiança manifestada no decorrer de minha vida. Sem eles não seria o que sou, minha eterna gratidão

À todos vocês, meu muito OBRIGADO.

LAZER, TURISMO E QUESTÕES AMBIENTAIS. NA UTILIZAÇÃO DE ÁREAS NATURAIS EM PINDAMONHANGABA: Estudo Comparativo

Autor: EDÉSIO DA SILVA SANTOS

Orientador: Prof. Dr. FLÁVIO JOSÉ NERY CONDE MALTA

RESUMO

A preservação do patrimônio sócio ambiental, representado pelos bens materiais, culturais e éticos de uma sociedade, é uma atitude que precisa ser cultivada no ser humano desde a sua mais tenra idade. Este trabalho tem o objetivo de fazer uma análise da importância das questões ambientais, vinculadas ao lazer e ao turismo sustentável em ambientes naturais, no Parque Municipal do Trabiju, Balneário Reino das Águas Claras e Bosque da Princesa no município de Pindamonhangaba, caracterizando a natureza destas atividades, verificando seus impactos e identificando possíveis ações planejadas que possam levar a um manejo equilibrado nestas áreas. A presente pesquisa utiliza métodos comparativos utilizando dados documentais e estatísticos voltados à caracterização de atividades de turismo, educação ambiental, lazer e planejamento ambiental no município de Pindamonhangaba. Tendo como estudo de caso estas áreas naturais, o trabalho discute como estes locais poderão ser recuperados e transformados com ações planejadas capazes de possibilitar sua utilização mais adequada, promovendo-as como um espaço social a ser apropriado pela população como recurso para sua educação ambiental e o usufruto de atividades culturais e lúdicas voltadas a toda sua população.

Palavras chave: Meio Ambiente, Turismo e Lazer.

**LEISURE, TOURISM AND ENVIRONMENTAL ISSUES. THE USE OF
NATURAL AREAS IN PINDAMONHANGABA: Comparative Study**

Author: EDÉSIO DA SILVA SANTOS

Adviser: Prof. Dr. FLÁVIO JOSÉ NERY CONDE MALTA

ABSTRACT

The preservation of the socio environmental heritage represented by the material, cultural and ethical aspects in society, is an attitude that must be cultivated in man since his early age. This work aims at making a review of the importance of the environmental issues related to leisure and tourism in natural environments in the municipality of Pindamonhangaba, by characterizing the nature of these activities, verifying its impacts and identifying possible actions that could lead to a better management in these areas. This research uses comparative methods from statistical data and official documentation focusing on the characterization of activities deriving from leisure and tourism, in the municipality of Pindamonhangaba, Brazil. Taking as a case study the existing natural areas for public use, the paper discusses how these sites could be managed in a appropriate way, as to promote them as a public space for the population and a resource for environmental education and enjoyment, a source of recreational and cultural activities geared to all its population.

Keyword: Environment, Tourism and Leisure

SUMÁRIO

RESUMO	VII
ABSTRACT	VIII
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 O Problema	3
1.2 Objetivos	4
1.2.1 Objetivo Geral	4
1.2.2 Objetivos Específicos	4
1.3 Delimitação do Estudo	4
1.4 Relevância do Estudo	5
2 REVISÃO DA LITERATURA	8
2.1 Lazer, Turismo e Educação Ambiental	8
2.2 Turismo e Sustentabilidade	21
2.3 Caracterização das Áreas Naturais como Unidades de Conservação	30
3 O CASO DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA	33
3.1 Histórico do Município de Pindamonhangaba	33
3.2 Localização Geográfica	35
3.3 Lazer e Turismo em Pindamonhangaba, uma Visão Oficial	36
3.4 Áreas Naturais como Espaço de Lazer e Turismo em Pindamonhangaba	39
3.4.1 Bosque da Princesa	40
3.4.2 Balneário Reino das Águas Claras	45
3.4.3 Parque Municipal do Trabiju	50
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	59
6 CONCLUSÃO	70
7 REFERÊNCIAS	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da localização do município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.	35
Figura 2 – Imagem de satélite do município de Pindamonhangaba onde estão demarcadas as áreas de estudos.	40
Figura 3 – Entrada do Bosque da Princesa, Pindamonhangaba, SP.	41
Figura 4 – Lago artificial e pista para caminhada que fazem parte da infra-estrutura do Bosque da Princesa, Pindamonhangaba, SP.	45
Figura 5 – Fotos do Balneário Reino das Águas Claras mostrando as áreas verdes e os lagos artificiais, Pindamonhangaba, SP.	47
Figura 6 – Entrada da Trilha da Emília, elaborada para visitação de crianças, localizada no Balneário Reino das Águas Claras, Pindamonhangaba, SP,	48
Figura 7 - Trilha da Cachoeira, localizada no Parque Municipal do Trabiju, Pindamonhangaba, SP.	50
Figura 8 – Entrada do Parque Municipal do Trabiju, Pindamonhangaba, SP.	53
Figura 9 - Ocas do Parque Municipal do Trabiju, Pindamonhangaba, SP, espaço destinado a cursos.	54
Figura 10 – Localização das áreas do Parque Municipal do Trabiju, Pindamonhangaba, SP.	55

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Estudo comparativo dos aspectos impactantes nas três áreas naturais pesquisadas em Pindamonhangaba, SP.	69
--	----

1 INTRODUÇÃO

A humanidade sempre buscou adequar o ambiente natural às suas necessidades, buscando soluções para os problemas relacionados com a natureza e sua influência na vida humana. Como resultado da ação secular do homem sobre a natureza, verifica-se atualmente uma maior necessidade de despertar no indivíduo o compromisso com a preservação do meio ambiente e de tudo que o rodeia, para que não venha acontecer à destruição do patrimônio natural e cultural ainda existente. Assim, vive-se em um mundo que passa por transformações políticas, econômicas, sociais, culturais, as quais determinam novos comportamentos.

Desde a infância deve ser inculcado no homem a necessidade da observação e o desenvolvimento de seu espírito crítico, no que concerne ao mundo em que ele vive, pois assim a humanidade terá maior interesse em conservar e resgatar a memória do que foi seu espaço no passado e qual a sua influência e reflexo nos tempos atuais e futuros.

A preocupação com o meio ambiente e a sua preservação ampliou-se além dos aspectos físicos e biológicos, abrangendo também o meio social, patrimonial, econômico e cultural, passando a considerar a interação entre todos esses fatores. Essa inquietação com o meio ambiente e sua conservação são necessárias à formação da cidadania crítica e responsável para a participação na vida política, econômica e cultural da sociedade, incorporação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, como instrumentos para a compreensão e ação no mundo e o desenvolvimento das capacidades afetivas, cognitivas, éticas e estéticas (SANTOS, 2000).

Tem-se como pressuposto que em Pindamonhangaba está muito presente a falta de interesse do cidadão pela conservação de seu patrimônio histórico e pela natureza. Em um passeio pela cidade observa-se, por exemplo, o descaso com o valor arquitetônico para com o interior do prédio da Prefeitura Municipal; o Museu Histórico que recebe verbas insuficientes

para a conclusão de suas obras e o Balneário “Reino das Águas Claras”. Este parque construído à margem da estrada que liga Pindamonhangaba a Campos do Jordão, apesar da falta de conscientização de seus frequentadores, ainda conserva uma bela paisagem, ar puro e águas límpidas do Rio Piracuama, utilizado para banhos; a cultura e o folclore também estão presentes nas esculturas das figuras dos personagens Emília, Narizinho, Visconde, entre outras, inspiradas nas obras literárias do escritor Monteiro Lobato.

Além destes, temos o Bosque da Princesa e a Reserva Ecológica Municipal do Trabiju, que passou a denominar-se a partir de 27 de agosto de 2001, Parque Municipal do Trabiju.

O que nos leva a refletir sobre o mau uso dessas áreas:

Muitos parques e reservas estão enfrentando um súbito aumento no número de visitantes que recebem. A maioria das áreas protegidas não está preparada para esse novo hábito do consumidor. Muitas dessas áreas não foram designadas nem projetadas como locais turísticos, e carecem de fundos e de pessoal para satisfazer as necessidades de um número cada vez maior de viajantes que curtem a natureza. Como a maior parte dos administradores de áreas protegidas não se preparou para o turismo, eles estão hoje enfrentando o desafio urgente de gerir o crescimento do turismo a fim de que se possa ser benéfico tanto para o parque como para as comunidades vizinhas (WESTERN, 1995, p.37).

Particularmente no Brasil, tem-se dado atenção especial à criação de Unidades de Conservação como um instrumento para a conservação de áreas naturais, o que já vem sendo realizado em alguns países desenvolvidos que trabalham para a proteção da vida selvagem que se encontra ameaçada.

Inserir-se, neste cenário, a busca por atividades de lazer em áreas naturais, fato que vem reforçando ainda mais a necessidade de uma reflexão global com relação às crescentes pressões sobre o ambiente e, especificamente, sobre a integridade de Parques e outras categorias de UCs. Como resultado, a possibilidade de atingir um equilíbrio aceitável entre a conservação do ambiente natural e o lazer vem se tornando um tema presente na literatura acadêmica, principalmente internacional, e um campo de atuação prática (STIGLIANO, 2004, p.1).

Para alguns ambientalistas o ideal para a preservação da natureza é mantê-la intocável, e o homem seria afastado desse paraíso, podendo apenas apreciá-lo. Apesar de alguns especialistas não acreditarem na coexistência entre conservação e as atividades de lazer, muitos pesquisadores, buscam soluções para os problemas deste uso.

Pindamonhangaba contando ainda com diversas áreas naturais, corre o risco de vê-las degradadas, pois a pretensa idéia de transformar estes locais em área de lazer para uma população mal informada em termos de educação ambiental, pode advir transtornos como os já causados no Balneário Reino das Águas Claras e no Bosque da Princesa.

1.1 O Problema

Em Pindamonhangaba faltam opções de lazer para a população e isto nos leva a indagar como um local como o Parque Municipal do Trabiju pode ser utilizado para tal fim. Observa-se no entorno do Parque que grande número da população desta região utiliza o Rio Piracuama e o Ribeirão Grande. Enquanto que no Bosque da Princesa e no Balneário Reino das Águas Claras existe uma gestão precariamente estruturada, que leva em conta a participação da comunidade local, os impactos do lazer no meio ambiente e que no Parque Municipal do Trabiju o mesmo não é observado.

Esta pesquisa procura compreender como estabelecer o equilíbrio necessário entre a atividade do lazer e o impacto ambiental causado por esta atividade, no caso do Parque Municipal do Trabiju, do Balneário Reino das Águas Claras e do Bosque da Princesa.

Assim, pretende-se realizar um estudo dos benefícios e dos riscos do lazer em áreas naturais, de maneira a contribuir para o desenvolvimento de um turismo sustentável em Pindamonhangaba, como fonte de geração de renda para a população local, auxiliando nos programas de conservação, estimulando a criação de empregos e o conseqüente crescimento econômico do município.

A temática tratará genericamente da questão ambiental, do lazer e do turismo sustentável e da questão do despreparo teórico e prático do pessoal envolvido nesses assuntos.

O trabalho parte da hipótese que é a conscientização de que o turismo é uma forma de lazer e como tal tem que ser valorizado e reconhecido em seu próprio esboço cultural e acatado em todas as camadas sociais. É essencial desenvolver na população a idéia da defesa das reservas naturais remanescentes, pois somente conservando essas áreas é que a população poderá usufruir de seus benefícios, tais como o turismo, o lazer e a economia. Com a destruição das áreas naturais, que são os atrativos turísticos, essas perderão a razão de sua existência.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Este estudo objetiva fazer uma análise da importância das questões ambientais, vinculadas ao lazer e ao turismo sustentável, no município de Pindamonhangaba.

1.2.2 Objetivos Específicos

Analisar o uso público existente e a demanda eminente no Parque Municipal do Trabiju, Bosque da Princesa e Balneário Reino das Águas Claras, no que se refere aos impactos ambientais decorrentes;

Estudar possíveis alternativas para o desenvolvimento do Lazer e Turismo Sustentável nestas áreas.

1.3 Delimitação do Estudo

A pesquisa aborda as problemáticas e os benefícios do turismo e do lazer em relação ao meio ambiente natural, mostrando a importância do tema para cidade de Pindamonhangaba, considerando-se o fato que a cidade está iniciando o seu desenvolvimento turístico.

Irá também explanar sobre a importância da preservação da natureza, relacionando-a com a área do lazer e do turismo sustentável, não sendo objeto desta pesquisa o estudo da biodiversidade nos ambientes do Parque Municipal do Trabiju, Bosque da Princesa e Balneário Reino das Águas Claras.

1.4 Relevância do Estudo

Pindamonhangaba guarda praticamente 80% de toda diversidade de sua fauna e flora na reserva de Mata Atlântica, além de cachoeiras que descem direto da Serra da Mantiqueira. O município possui uma área de Proteção Ambiental - APA, estabelecida através do Decreto Federal nº 91.304, de 03 de junho de 1985, uma ao Sul, Serra da Quebracangalha e outra ao norte do município, Serra da Mantiqueira. Fazendo Parte das riquezas naturais existente. Os interesses econômicos e o descaso da população pela falta de informação ambiental, somados aos problemas da educação, saúde, moradia, segurança, entre outros, faz com que a preservação da natureza e a Educação Ambiental sejam relegadas a segundo plano, tendo como consequência a devastação e a poluição.

Segundo Grün (1996), uma das principais causas da degradação ambiental tem sido identificada no fato de vivermos sob uma ética antropocêntrica. Tudo o mais no mundo existe unicamente em função do ser humano. O homem deveria dominar a natureza, para por meio desta, libertar-se a si mesmo. A Ciência em geral passou por um grande desenvolvimento sem se preocupar com medidas conservacionistas.

A interferência do homem no meio ambiente tem sido explorada, de ambos os lados, de acordo com a conveniência do momento. Sendo assim fica de um lado a imprensa sensacionalista apregoando a conservação das florestas e de outro os interesses políticos que

só se preocupam com fator econômico em seu próprio proveito, promovendo a destruição das áreas naturais.

O crescimento dos problemas ambientais, decorrentes da expansão industrial observada em todo o mundo, surge, entre outras causas, como consequência de um aumento na base tecnológica não acompanhada de um cuidado com a manutenção e gerenciamento adequados dos recursos naturais. A percepção e aceitação desse descompasso têm determinado inúmeros estudos e levou à formulação e difusão do conceito de crescimento sustentável (HOEFFEL, 2001, p.30).

Essa realidade se agrava à medida que o homem ocupa seu tempo livre para a prática de seu lazer em áreas naturais, pois são poucos os que possuem uma conscientização sobre a necessidade da utilização adequada do espaço natural a ser freqüentado (CAMARGO, 1988).

O lazer independe do turismo, ou de movimentações, pois é fenômeno mais psíquico que físico, mas o turismo propicia e estimula programações de entretenimento e lazer (CAMARGO, 1988).

O lazer, porém, deve ser objeto de conhecimento e vivência ao profissional do turismo. No Brasil, a dianteira nos estudos de lazer vem dos centros de pesquisas na área de Educação Física, porém outras áreas precisam ser estimuladas, como a do Turismo e das Ciências Ambientais.

Do ponto de vista cultural, econômico e político, o lazer turístico é uma das práticas mais ricas e desejadas. Na viagem praticam-se vários tipos de lazer desde a mudança de paisagem, de ritmo e estilo de vida.

O viajante encontra oportunidades de trabalhar suas relações consigo mesmo, superação e conhecimentos de seus limites, no contato com suas expectativas e no lidar com o inesperado, o que leva à formação de uma filosofia mestiça, resultado da impregnação mútua entre o viajante e o residente (HILL, 1999).

Segundo Andrade (2001, p.91) “O fenômeno da evasão se manifesta pelo próprio fato de que as pessoas sentem necessidade de trocar de ambiente físico, de mudar de relações sociais, de ampliar ou diminuir o número de seus amigos”.

O turismo feito de maneira “insustentável” ameaça e compromete não só o turista, mas também o ambiente em que se desenrola. O Planejamento deve permitir que a deterioração dos recursos naturais seja mantida num mínimo, denominando o limite aceitável de mudança. E esse limite pode ser transformado em uma eficiente técnica de gestão dos impactos de forma participativa entre todos os fatores sociais comprometidos com o desenvolvimento turístico (HILL, 1999).

Para que se concretize um estudo de turismo sustentável com responsabilidade, é necessário que se mostre a importância da continuidade na filosofia de ação, nas propostas de atuação e nos programas institucionais com diferentes formas de articulação com a comunidade, envolvendo-a em todo o processo.

Existem leis que protegem o meio ambiente e padrões de qualidades ambientais definidos pela ISO 14.000 (FISH, 1998). Essa norma leva em conta o meio ambiente não só quanto aos produtos finais, mas também quanto ao processo produtivo.

Muitas dessas leis são cheias de falhas, mal redigidas e com graves lacunas, dando dúbia interpretação (GRÜN, 1996).

A educação ambiental deverá se apoiar no turismo e vice-versa, mas ambos deverão levar em conta o desenvolvimento individual a partir do confronto e das diferenças surgidas. É necessário que se encontre o caminho entre a tendência à padronização e à massificação que hoje vivemos.

Este estudo legitima-se pela possibilidade de sua contribuição para o desenvolvimento do turismo e do lazer em Pindamonhangaba, município que prima por suas atrações naturais e excelente localização.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Lazer, Turismo e Educação Ambiental

A necessidade de pesquisar lazer, turismo e educação ambiental surge no Brasil dentro de um contexto mais amplo de um movimento de contracultura, associado a uma manifestação ambientalista internacional, onde o contato com a natureza, a paz e o amor livre, fizeram com que o homem viesse a se preocupar mais com a preservação do meio ambiente, com o intuito de evitar sua deteriorização.

O lazer e o tempo livre altamente valorizado na atualidade, nos grandes centros urbanos, pelos compromissos inadiáveis, correrias, trabalho rotineiro e acumulativo, e conseqüentemente doenças e problemas de relacionamento estão contribuindo para que o turismo contemporâneo seja um grande consumidor da natureza.

Atualmente trabalha-se não apenas para atender às necessidades básicas como antigamente, mas também para se obter os meios, que permitam usufruir o tempo livre de uma forma satisfatória e prazerosa.

Seguindo as idéias de Acerenza (1991, p.31), o tempo livre pode dividir-se em categorias, como segue:

Após o serviço, assistindo televisão, participando de jogos, assistindo aos espetáculos de dança, teatro, música ou cinema, dedicando-se à leitura.

Nos finais de semana, freqüentando clubes, parques, realizando viagens curtas para montanhas, praias, fazendas, entre outros lugares.

Nos períodos de férias, além de todas as atividades já mencionadas anteriormente, pode-se dedicar à prática do turismo, que caracteriza-se como uma expressão do lazer onde se possui um tempo livre de duração prolongada, que se utiliza para escapar das pressões do dia a dia, além é claro, de ampliar e adquirir novos conhecimentos.

O termo lazer sempre foi usado de forma vaga desde Aristóteles, Santo Agostinho, Lafarge, Veblein, Friedman, mas sempre associado ao ócio, recreação, lúdico, tempo livre, etc (CAMARGO, 1988).

Os gregos inventaram o tempo social chamado “*scholé*” que significa lazer e educação de si mesmo. Santo Agostinho alertava para os perigos das brincadeiras infantis, o prenúncio de uma vida desregrada, Lafargue denuncia o “dogma do trabalho” criador de mentalidade servil (CAMARGO, 1988).

A palavra e o termo lazer suscitam muitas questões, num mundo de significações diferenciadas, lazer tanto pode significar se divertir, distrair como ser distraído. O lazer tem sido pouco explorado como oferta de trabalho.

Santos (2000) afirma que o lazer nascido da vida cotidiana, depende do tripé Território, Cotidiano, Cultura; pessoas juntas que criam trabalhos, pessoas unidas são produtoras de economia, criando conjuntamente, economia e cultura. Sendo produtora de cultura, será produtora de política. Lazer também é política, mas por enquanto, é sobre tudo, política das empresas. Já há algumas empresas que estimulam a produção de um lazer que se aproxima da cultura, e não propriamente do mercado, que deve ser multiplicado e estimulado por diferentes caminhos.

Atualmente com a recreação turístico – hoteleira, os hotéis, assim como os navios, tem se tornado um grande mercado para o profissional de recreação e para a indústria do entretenimento, à medida que se percebe a importância das atividades utilizadas como instrumentos de marketing, e principalmente no diferencial entre os hotéis e navios, pois quanto maior a grade de atividades oferecidas, maior momento de lazer e recreação o hóspede poderá usufruir. Sem falar nos hotéis de negócios, que necessitam de pessoal para organizar eventos paralelos para os participantes, cônjuges e filhos.

A recreação ecológica deu novo sentido profissional para o guia turístico. No ecoturismo, os guias são autênticos animadores da vida junto à natureza e mais indispensáveis para que a viagem se torne agradável e atinja seus objetivos, pois esses animadores têm de fazer com que as viagens muitas vezes desconfortáveis e por trilhas, se tornem tão agradáveis quanto o turismo convencional, em ônibus, aviões, trens, hotéis de primeira, essa é uma tarefa difícil e necessita de profissionais especializados e com formação voltada para a ecologia.

O lazer é entendido pela maioria das pessoas como um conjunto de atividades destinadas somente ao entretenimento ou à reposição das energias despendidas no trabalho. Embora seja correta tal conceituação, o lazer pode se constituir em uma importante forma alternativa de educação informal e permanente, contribuindo eficazmente para o desenvolvimento sociocultural de pessoas de todas as idades e de todas as classes sociais, promovendo novos métodos e técnicas para o desenvolvimento da cidadania.

Segundo Dumazadier (1994, p19), lazer é o conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

O lazer é essencial à vida humana equilibrada, saudável e produtiva. É indispensável à conservação e ao dinamismo regular do ecossistema humano, cujo ponto ideal de produtividade se manifesta nas atividades espontâneas e nas atitudes planificadas de expansão e de retração, de tensão e de relaxamento.

Para Andrade (2001, p.18), “lazer é um conjunto de fatos e circunstâncias que, por sua natureza, apresentam-se como isentos das pressões e das tensões que, com certa frequência, podem afetar as atividades humanas individuais e grupais”.

Ainda seguindo os pensamentos de Andrade (2001), o indivíduo pratica o lazer a partir do momento que, por livre e espontânea vontade ele abandona ainda que temporariamente, suas atividades rotineiras, para se dedicar a uma atividade que lhe dê prazer.

A diversão, ou melhor, o lazer, foram os ideais de vida de algumas civilizações antigas, que infelizmente foram esquecidos para dar lugar a ambição e interesses econômicos.

Atualmente as autoridades e empresários que se preocupam com o fator econômico, têm se dedicado também ao bem estar da comunidade, pois estudos mostram que o lazer é fundamental para um melhor rendimento profissional, evitando doenças tão comuns nos dias de hoje como o stress, depressão entre outras. Diferentemente do pensamento capitalista predominante no século passado, que explorava a mão de obra dos operários, com reduzida remuneração.

Hoje em dia se difunde mais a idéia de desfrutar os prazeres da vida do que no viver para o trabalho. Não é só o trabalho que preocupa as pessoas, a qualidade de vida, o prazer pelo lúdico, a diversão, são temas constantes nas conversas do dia a dia entre amigos e colegas de trabalho.

O desafio de novos mediadores no campo do urbanismo, turismo, do esporte, da arte é desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser do casal, dos familiares, do trabalho, a criar uma nova relação do sujeito com o corpo, com o tempo que passa, com a falta do que fazer, ou o seu tempo livre.

O lazer passou a ser um item no rol das necessidades da civilização moderna e dos direitos do indivíduo. Como exemplo cita-se Camargo (1998, p54).

Valoriza-se o pai que sabe brincar com os filhos (e não o pai sisudo e enérgico de antigamente); o executivo que mantém uma rotina saudável de práticas físicas e artísticas de lazer (e não o que “se mata” na empresa), o padre ou pastor que sabe confraternizar-se ludicamente com os fiéis (e não mais o profeta irado que nos ameaça com o inferno).

Segundo Medeiros (1980), lazer é considerado como “necessidade importante do homem em todos os tempos e lugares, que varia de expressão, segundo o contexto físico, sócio- econômico e político-social de cada grupo”.

Ela ainda destaca a família como primeiro grupo responsável pela educação para o bom uso do lazer, competindo à escola incluí-la no seu currículo bem como propiciar oportunidades de aprendizagem nesse terreno.

O lazer se torna um objeto de educação. É necessário despertar o interesse dos jovens para uma prática de atividades recreativas sadias, afastando-os de situações perigosas, como o uso de drogas, violência e desinteresses pelos estudos.

Segundo os ensinamentos de Camargo (1998), os políticos, procuram temperar sua imagem severa com outras mais lúdicas, utilizando-se de shows musicais, apresentação de teatros e outros meios de entretenimento para tornar mais prazerosa a escuta das mensagens. As escolas também se preocupam com ensino lúdico, o ensino baseado no prazer.

O modo de vida da população brasileira seguindo o mesmo rumo que parece envolver a todos atravessa uma de suas mais difíceis e efervescentes crises.

Todos debatem por um equilíbrio e estrutura. Inovar é tarefa urgente, radical e inevitável.

O momento presente é uns dos mais significativos da história, pois em todos os campos e setores se empreende uma renovação. O homem de hoje, que até então sempre considerou sua situação econômica e cultural e as possibilidades de seu progresso como uma concessão paternalista da minoria que detém o poder, começa a repensar o próprio sentido de suas instituições, de sua responsabilidade e cultura.

A essa consciência de revisão e renovação acrescenta-se ainda a série enorme de modificações que marcam os momentos que vivemos e justificam a presente posição do homem de hoje.

Entre as mais significativas modificações enfrentadas podem-se destacar novos conceitos psicológicos, novos processos de comunicação levando o homem a viver e a refletir sobre novos aspectos relacionados ao seu equilíbrio e lazer, praticando atividades que possam

transportá-lo a momentos de descontração e relaxamento, para que encontre sua paz física e espiritual, pois esse é o caminho para a prosperidade e a sobrevivência do ser humano harmonioso (CAMARGO, 1998).

Para que se possa usufruir do turismo, é necessário contar com a participação de diversas áreas produtivas, tanto dos setores públicos como privados para proporcionar os bens e serviços utilizados pelos turistas, sendo que a produção de serviços varia dependendo dos países. Sabe-se que o processo de globalização envolve um movimento de interligação do turismo, que começa a consolidar-se, com a criação de grandes redes de hotéis, a difusão do uso crescente dos cartões de crédito internacionais e a expansão das maiores companhias aéreas, que estão encampando aos menores.

“Viajar sempre foi uma das formas mais eficientes, prazerosas e completas de educação e da contínua reestruturação do quadro pessoal de referência chamado aprendizado” (CAMARGO, 1988, p.57).

A indústria do turismo, que começou a se expandir na década de 1950, vem se espalhando por vários campos da economia de forma progressiva e se desenvolvendo vertiginosamente, já sendo considerada um gênero de primeira necessidade. É um tipo de desenvolvimento que tende a modificar rapidamente a situação social e econômica das comunidades, com impacto tanto positivo, quanto negativo.

O turista, que antes prestigiava os países considerados de primeiro mundo, está descobrindo as maravilhas típicas e naturais dos países menos desenvolvidos.

A agressão contra a memória da cidade e sua natureza é sempre um ato de barbárie, pouco importa se essa amnésia coletiva é induzida pela crueldade dos especuladores imobiliários ou pela atrocidade de certos arquitetos, que usam o fetichismo do novo para transformar o passado em terra atrasada.

“Não se trata de deixar as coisas como estão; o futuro não é o aniquilamento do passado, mas a sua superação” (GADOTTI, 2000, p.48).

O turismo requer constante inovação, pois alcança variadas organizações como: alojamento, traslado, agenciamento, refeições, divertimentos, eventos, entre outras obrigações, cuja função primordial é zelar pelo perfeito atendimento aos anseios e necessidades do turista. Exige, pois uma boa formação de mão de obra especializada, com profissionais gabaritados para desempenharem brilhantemente esta importante, difícil, porém compensadora tarefa.

O bom profissional do turismo e lazer tem que ter vastos e variados conhecimentos em diferentes áreas como: Economia, Sociologia, Psicologia, Geografia, Antropologia, Direito, Estatística, História, entre outras (BENI, 2002).

Cada vez mais, os projetos de turismo de natureza estão sendo considerados um meio de incentivar as pessoas a administrarem as áreas naturais e a vida selvagem de forma sustentável, uma vez que os benefícios econômicos distribuídos às comunidades dependem de uma gestão bem orientada. Muitos desses projetos partem do princípio de que o Turismo de natureza pode ser um poderoso instrumento para a conservação, através da geração de benefícios à população local. Porém, é necessário o planejamento cuidadoso do projeto, a fim de que os benefícios atinjam seus objetivos e funcione, de fato, com incentivo (BRANDON, 1995, p.233).

Foi na Inglaterra, em 1840, que o Turismo começou a ser difundido, pela iniciativa de um pastor batista, chamado Thomas Cook o qual pretendia contestar acirradamente o consumo do álcool na região em que atuava. Resolveu então, alugar um trem para fazer o percurso entre duas cidades, com o intuito de combater o vício entre seus fiéis. O bom êxito dessa empreitada foi tamanho, que ele decidiu largar a Igreja e fundou a primeira Agência de Viagem. Com o aumento da procura, escreveu aquilo que hoje conhecemos como Guia Turístico, onde constavam as particularidades geográficas, históricas, usos, costumes e culinária do local a ser visitado (ANSARAH, 2001).

A sua originalidade, abnegação e ousadia deram origem ao Turismo em sua fase moderada.

Hunziker & Kraft (1942) *apud* Beni (2002, p.34-35) descreveram Turismo como: “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória”.

Embora existam inúmeras definições sobre o termo Turismo, esta foi a que obteve a aprovação geral e costuma ser utilizada pela Associação Internacional dos Experts Científicos em Turismo (AIECT) (ANSARAH, 2001).

O produto turístico para o usuário, é um misto de tudo que se é permitido gastar, aproveitar, provar, espreitar e avaliar. Abrange serviços de agências de viagens, hospedagem, entretenimento, locomoção e compras para se levar como lembranças, sociabilização com os companheiros de viagem e com os nativos do lugar, além de passeios variados, serviços estes prestados com a maior qualidade.

O princípio do respeito, tolerância, cuidado, de ser um bom observador, que cada cidadão traz consigo no retorno de uma excursão, passeio, viagem ou visitação, pode ser o resultado de um equilíbrio maior que deve existir em todos os lugares.

Segundo Ansarah (2001), é necessário distinguir os clientes de acordo com as seguintes segmentações:

Demográfica Pessoal – (Turismo infantil, juvenil, terceira idade, romântico, familiar, gay, de saúde e para deficiente).

Demográfica Sociocultural - (Turismo de estudos, cultural, religioso e de raízes).

Demográfica Socioeconômica – (Turismo de eventos, de negócios, comercial, de incentivo e social).

Psicográfica - (Turismo surpresa, aventura, esportivo, gastronômico, ecológico/rural e hidroviário).

Comportamental – (Turismo de época).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) destaca os seguintes componentes, como sendo os principais na área de Turismo: Demanda, Oferta, Espaço Geográfico e Operadores do Mercado (BENI, 2002).

Na atualidade é conveniente que o estudo do Turismo esteja convergindo para o desenvolvimento sustentável, pois a preservação do meio ambiente e o êxito do progresso turístico têm que caminhar juntos.

A ecologia é e será o ponto crucial de toda a crise planetária que a humanidade enfrenta isso porque o ambientalismo parece surgir como um grande guarda-chuva sob o qual todas as outras crises podem encontrar resposta ou mesmo proteção. A meta a seguir será a conscientização de que precisamos transformar, revolucionar e mudar a atual concepção do erro ambiental em que estamos inseridos (CAMARGO, 1988).

O crescimento do turismo em escala internacional tem acarretado problemas, principalmente no que se refere ao seu impacto nas comunidades e no meio ambiente.

O ecoturismo vem aumentando assustadoramente e os parques e reservas não possuem estrutura nem administradores aptos para receberem seus visitantes. Urge a formação de profissionais competentes para desempenharem esta tarefa.

O surgimento e “necessidade” de uma educação ambiental se deu na década de 80, vinda da concepção de um movimento anterior, o movimento ecológico que conheceu o seu auge na década de 70. Objetivo claro e definido de preparar o indivíduo para manejar um meio ambiente em crescente deterioração. Porém o desafio pode vir da reflexão e da prática para uma revisão das relações humanas subjetivas, das relações com os outros, e com o meio ambiente físico propriamente dito, ou seja, o mental, o social e o físico (CAMARGO, 1999).

Arthur Koestler, filósofo/cientista em 1967, utilizou a palavra grega *holos* que significa inteiro, íntegro, total, completo e desenvolveu o conceito de *hólon*, segundo o qual: o todo está nas partes e as partes estão no todo (GRÜN, 1996).

A visão holística possibilita dimensionar como as decisões sobre o meio ambiente tomadas nos diversos níveis de organização (social, grupal, comunitário, regional, nacional, ou global) refletem-se na qualidade de vida de cada pessoa e na sobrevivência da humanidade.

Os Chefes de Estado que estiveram presentes à segunda conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO/92 tiveram como objetivo debater e propor mudanças estruturais e estabelecer diretrizes para solucionar grandes problemas globais.

É sabido que a poluição atmosférica provoca o efeito estufa e a chuva ácida. Portanto, os grandes problemas globais dizem respeito a cada um de nós.

A Terra é como um organismo vivo e que reage bem ou mal ao que lhe acontece. Está em evolução, assim como o ser humano, associando uma luta por um Planeta saudável (GADOTTI, 2000).

As reservas da Biosfera, considerada o suporte dos seres vivos - têm o objetivo de conservar a diversidade biológica e ensinar o homem a viver em harmonia com a natureza, os bens comuns da humanidade – oceanos, espaço cósmico e a Antártica, que sofrem ameaças e apresentam grandes problemas: exploração exagerada dos recursos naturais, poluição causada pelo destino equivocado do lixo e resíduos radioativos (WICKERT, 1991).

O momento histórico vivenciado hoje é composto por duas realidades distintas, que pertencem ao mesmo processo: a crise social, política, econômica e ambiental, que aparece aos nossos olhos sob forma de injustiça social, desrespeito ao homem e à natureza, miséria e desequilíbrio ecológico. Esses fatores determinam a falência de instituições, regimes políticos, muros que separam as concepções materialistas unilaterais e ultrapassadas. Outra realidade é a

mundividência, que se fundamenta em princípios globais, que delimitam o caminho onde há possibilidades de sobrevivência e de evolução da espécie (WICKERT, 1991).

Os princípios éticos universais partem da percepção da unidade básica do universo. Esta visão de mundo esteve sempre presente nas tradições das religiões orientais. Hoje, esta verdade consiste em uma das mais importantes revelações da Física Moderna (GADOTTI, 2000).

Cientistas e místicos que se preocupam com o futuro da humanidade e do planeta, estão unidos em torno da necessidade de viver com ética. O desafio é garantir que o progresso do turismo aconteça dentro de uma estrutura sustentável.

Alguma coisa tem que ser feita para que se melhore a visão que os visitantes de áreas naturais, como, por exemplo, o Parque Municipal do Trabiju, o Balneário Reino das Águas Claras e o Bosque da Princesa em Pindamonhangaba, têm do turismo predatório, em locais culturalmente frágeis, apesar das inúmeras abordagens, como placas, dizeres, avisos, entre outros e que prestam estes serviços, mas não são suficientes.

Além desse objetivo de conservação, por tratar-se de uma Unidade de Conservação de uso direto com exploração dos recursos permitida e aliada as suas características peculiares, o Parque Municipal do Trabiju é foco de projetos que maximizem sua utilização, de forma planejada e regulamentada, condizentes com a trajetória das orientações governamentais que serão discutidas posteriormente, mas que necessitam ser colocados em prática, pois o local não possui guia ou monitores turísticos, sendo utilizado de forma incorreta, além da falta de mão de obra especializada.

Já o Bosque da Princesa e o Balneário Reino da Águas Claras, diante dos muitos impactos provenientes das visitas, caracterizados pela prática indiscriminada da atividade no meio ambiente natural, e por não comportarem um número elevado de visitantes, devido à fragilidade dos ecossistemas naturais e a construção de uma infra-estrutura deficiente sem o

atendimento de normas preestabelecidas, comprometem de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações nas paisagens, na topografia, no sistema hídrico e na conservação dos recursos florestais e faunísticos.

Os Balneários podem se referir ao local onde as pessoas tomam banho em um recinto público. No Brasil a atribuição do título de balneário a uma localidade, portanto, depende da qualidade da água que apresente na sua região classificada no Código de Águas Minerais (Decreto - lei 7.841 de 08/08/45) e legislação regulamentadora posterior que considera inclusive a qualidade do meio ambiente e da água em questão.

Quando se tratar de uma estação ecológica, como foi o Trabiçu antes de se tornar Parque, que devem cumpridas quando se for visitar um local que já existia ali antes de você, ou que foi construído para sua visitação. Tais como Sistema Nacional de Unidade de Conservação, no qual a resolução do CONAMA número 011 de 03 de dezembro de 1987, refere-se a uma Unidade de Uso Sustentável, de domínio público, provida de cobertura vegetal predominantemente nativa que garanta a proteção dos recursos hídricos, sendo a visitação permitida, autorizada pelo órgão responsável por sua administração, além de nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23 inciso VI e VII, proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, além de preservar a floresta, a fauna e a flora.

Já os Parques Municipais, devem ser conservados ou sofrer pouca alteração pela presença do homem, ao mesmo tempo, contribuem na visitação pública pelo grande interesse na área educativa, científica, assim como cultural e recreativa, condicionada a restrições específicas estabelecidas no plano de manejo da área.

Nos locais já citados, são normas ao meio ambiente, o respeito, não arriscar a integridade física comunicando seu roteiro, e andar se possível sempre acompanhado, evitar

perturbar os animais, evitar retirar, somente observar, evitar deixar vestígios e recolher seu lixo.

Com o objetivo de despertar o espírito de conservação e o respeito pela natureza podem ser desenvolvidas atividades de educação ambiental nos percurso de trilhas.

Nesses locais o visitante deverá recebe informações sobre os recursos naturais renováveis através da projeção de slides e filmes educativos, palestras e exposições de produtos e subprodutos florestais.

A trilha educativa monitorada pode ser percorrida parcial ou integralmente, no trajeto normalmente encontram-se vegetação nativa e exótica, essências, banhados, lagos, cachoeiras, captação de água das nascentes, animais da região.

Para alguns autores, dificilmente o sistema educativo formal conseguirá se manter frente a uma insatisfação com a escola que exige a implantação de dimensões educativas novas, melhores e mais democráticas.

O sistema educativo, igual ao sistema sócio cultural no qual se insere, encontra-se afetado em seu conjunto pela crise generalizada no mundo atual. A educação é um sistema aberto, que não pode isolar-se do meio sócio cultural e se apresenta em um contínuo processo de integração com ele. Pretende construir novas formas de pensar, incluindo a compreensão da complexidade e das emergências e inter-relações entre os diversos subsistemas que compõem a realidade (MEDINA & SANTOS, 1999).

Na referência ambientalista, encontramos o fundamento para o respeito à diversidade, tanto natural quanto social, como condição “*sine Qua non*” para o desenvolvimento e a sustentabilidade do próprio planeta (CASCINO, 1999).

Ainda seguindo o pensamento de Cascino (1999), como ponto mais aparente da mudança da própria sociedade e o decorrente reconstruir da cidadania, os ambientalistas passaram a falar uma outra língua de maneira muito viva e rica, fazendo-nos efetivamente,

acreditar que é tempo desta fala e deste agir; a atualidade requer e está fértil deste modo de ver, sentir e refletir a realidade.

“O educador ambiental é hoje alguém que vive numa situação de desamparo. Os problemas são graves e exigem respostas imediatas, ainda que parciais, preliminares e incertas” (GRÜN, 1996, p.9).

2.2 Turismo e Sustentabilidade

Turismo sustentável é parte integrante de um processo mais amplo de desenvolvimento sustentável, que não é sinônimo puro e simples de turismo de proteção ao meio ambiente, mas está também vinculado à viabilidade econômica a longo prazo.

Se o lugar onde a pessoa habita deixa de garantir sua individualidade, se as fórmulas a serem empregadas são imitações de outras localidades e sempre divididas entre muitos habitantes, as pessoas perdem a sua identidade, pois o sentido da cultura muda por completo, visto que anteriormente elas mantinham tão somente a tradição familiar, que consistia em copiar seus antecessores (RUSCHMANN, 1999).

O progresso do turismo sustentável em vez de estar nas mãos dos governantes, deverá depender mais das ações da indústria do turismo e das ações das pessoas (CAMARGO, 1998).

A atividade do turismo é uma estrutura de diversas facetas cujos componentes envolvidos em sua execução como: turismólogos, pedagogos, estudantes gestores, administradores, comunidade local, governos e empresas privadas, operadores turísticos, promotores, agentes de viagens e turistas compõem uma unidade que pode se tornar divisível e unitário ao mesmo tempo. Assim, além de ocorrerem pontos de conflito ou temas que se tornaram pragmáticos e estabelecido no contexto social, destacam-se as visões diferenciadas e infinitas possibilidades de uma nova leitura de todo e qualquer conceito turístico.

Dentro do turismo sustentável inclui-se:

- Fazer um transporte inteiramente ecológico ou sustentável é para muitos, impossível. E as pressões para torná-lo mais integrado ao meio têm crescido. Desenvolver formas mais sustentáveis de transporte turístico implica em agir em diversas frentes, como limites legais às emissões de poluentes; incentivos fiscais para transportes mais eficazes quanto ao consumo de energia; novas tecnologias do ponto de vista ambiental para navios, trens, ônibus, carros e aeronaves; garantia de preço refletindo o custo ambiental e um papel importante do governo como autoridade de regulamentação e de taxaço de impostos.

Em geral a indústria da hospedagem mantém o seu foco em questões ambientais, limitando sua ação e visão para construir um turismo sustentável. O padrão das construções não prejudiciais ao meio ambiente é de grande importância no setor da hospitalidade.

A indústria de hospedagem tem sido sensível às críticas pela elaboração de seus projetos de construção. As operadoras de viagens percebem claramente que os turistas de hoje gostam de pensar que estão se hospedando em acomodações projetadas de acordo com o estilo local tradicional (RUSCHMANN, 1999, p.35).

O turismo sofre os dilemas e desafios da ética nos negócios em geral, marketing, política e mercado; vinculado à ética e ao turismo sustentável temos a honestidade, ou não, de anúncios, quem ganha e se beneficia economicamente do turismo, condições salariais, e discriminação no mercado de trabalho do turismo, ação entre operadoras e agentes de viagens que propositalmente levam os clientes a receber informações distorcidas das agências, concorrência desleal nas companhias aéreas, produtos eticamente ambíguos como os museus, no campo dos legados culturais, que ignoram comunidades de minorias étnicas, além dos zoológicos e de caça, a crescente concentração de renda na indústria do turismo, que pode reduzir a concorrência e atuar contra os interesses dos turistas, os efeitos colaterais do turismo, como a disseminação de crimes e doenças sexualmente transmissíveis.

O turismo sustentável para deixar de ser um sonho precisa ser entendido realmente como é para se poder agir e desenvolver técnicas capazes de desenvolvê-lo na prática.

Também há de se:

[...] aceitar que o turismo sustentável é uma viagem contínua para uma destinação que jamais alcançaremos, porque o turismo inteiramente sustentável é, ao que parece, inatingível, e também porque a nossa idéia do que constitui o turismo sustentável estará, sem dúvida, mudando constantemente (RUSCHMANN, 1999, p.173).

É necessário um planejamento turístico para que estes espaços extremamente sensíveis, de beleza considerável e que vêm sendo invadidos por turistas despreparados, não afete a conservação dos recursos naturais e nem o bem estar dos moradores locais, o que é fundamental para tentar evitar danos irreparáveis sobre os meios visitados.

Impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por matéria ou energia resultante de atividades humanas que afetam, diretamente ou indiretamente, o bem estar da população, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (SWARBOOKE, 2000).

O impacto pode ser positivo quando a ação resulta na melhoria da qualidade de um aspecto do meio ambiente, como, por exemplo, técnicas de correção e conservação dos solos. Pode ser também negativo, quando resulta em danos ao meio ambiente, como, por exemplo, um poluente diretamente lançado nos rios (GRÜN, 1996).

Nesse contexto, as técnicas de conservação ambiental são hoje requisitos básicos para qualquer empreendimento que potencialmente possa gerar impactos ao ambiente. Assim, se faz necessário analisar e qualificar possíveis impactos decorrentes de construções de barragens e rodovias; instalação de indústrias; atividades de mineração, petroquímica, exploração de floresta, entre outras. Essa análise visa determinar quais as medidas a serem adotadas para a eliminação, minimização, ou compensação dos impactos negativos, bem como potencializar todos os impactos positivos.

Para isso é essencial organizar, facilitar e adequar as ações do homem sobre o local, evitando assim, os efeitos negativos nos recursos, que destroem ou reduzem a atração do espaço.

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente, não é tarefa fácil, principalmente porque o controle da atividade depende de critérios, valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou no nosso país nem em outros países (RUSCHMANN, 1999, p.11).

Para que haja harmonia entre as vantagens econômicas, o crescimento projetado e a conservação dos recursos naturais aliados ao desenvolvimento que o turismo incita, é necessário empenho de todos, pois o sucesso depende de critérios variados e modificados de acordo com os costumes das diferentes regiões.

Um empreendimento desse porte exige que se leve em conta a atitude dos turistas em relação ao seu tempo livre despendido com lazer e recreação nos lugares visitados e a ligação do turismo com o meio ambiente.

A proximidade do homem com a natureza representa um dos principais motivos das viagens de lazer e o aumento significativo de turistas para essas regiões naturais.

Turismo e meio ambiente mantêm estreita relação, pois o turismo abrange os recursos arquitetados pelo homem, e os modelos de conduta da população que os diferenciam de outras comunidades; e por meio ambiente entende-se, a biosfera e ecossistemas formados por pessoas de diversas populações (HOLDER, 1991).

Nota-se um desequilíbrio no relacionamento entre turismo e meio ambiente, mas tudo indica que existe forte tendência para uma interação progressiva entre eles; embora infelizmente os agentes do desenvolvimento turístico não sejam os mesmos que estão envolvidos na proteção da natureza.

É preciso estimular o diálogo e o intercâmbio entre os profissionais das duas áreas, a fim de que se desfaça o estereótipo de que os profissionais do turismo são os poluidores e os

destruidores da natureza, e os ambientalistas são doces visionários, economicamente irresponsáveis e suspeitos de preferirem a idéia de que combinam mais com a natureza do que com a sociedade dos homens (MICHAUD, 1992, p.20)

Segundo Holder (1991), o relacionamento entre turismo e o meio ambiente teve seu período precursor no século XVIII, foi a fase dos primeiros equipamentos turísticos.

O segundo período deu-se no final do século XIX e início do século XX, e distinguiu-se por ser um turismo dirigido e elitista.

O terceiro período aconteceu a partir de 1950 e atingiu seu ponto alto entre 1970 e 1980, com o desenvolvimento de um turismo em massa com o poder desumano do mesmo, sobre a natureza e a população nativa.

O próximo período sobreveio após o ano de 1980, quando o turismo atenta mais para os problemas do meio ambiente, trata-se do turismo de natureza ou ecológico. Nesta etapa passam-se a dar mais atenção aos exercícios físicos, tais como: caminhadas, ciclismo, *raffiting*, *motocross* e outros esportes novos que carecem de amplos lugares preservados e de boa qualidade. Esses novos clientes buscam a calma, as aventuras e uma profunda informação dos lugares visitados.

Os responsáveis pelo turismo e pelo meio ambiente possuem a consciência dos problemas difíceis e conflitantes que têm em comum; e por isso devem tentar modificar esta situação, criando condições e propostas para melhor administrar essa questão no futuro (RUSCHMANN, 1999).

Embora alguns projetos e pareceres fossem empregados no intuito de preservar os espaços naturais em diversos países, até hoje não se chegou a um consenso de idéias, pois ele abrange a atuação de naturalistas, ecologistas, economistas, sociólogos, além de grupos econômicos interessados no lucro de suas empresas.

A conscientização da necessidade da prática do turismo sustentável e preservação ambiental devem ser inculcadas na população não só durante suas viagens, mas também que ela se torne um hábito nas suas atividades do dia a dia.

O poder público deverá dispensar uma atenção especial para que os empresários que geralmente só visam às vantagens econômicas advindas do uso e ocupação do solo de maneira inconveniente, tenham a preocupação de evitar um possível impacto ambiental, que nada mais é que tudo aquilo que interfere e modifica a natureza.

Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento o desenvolvimento sustentável é entendido como: “Um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e as aspirações humanas” (CMMAD, 1991, p. 49).

Busca-se uma resposta para questão do desenvolvimento, da ecologia, da pobreza, da distribuição das riquezas e das sociedades civis, que seja admitida por todas as classes e que se alcance um padrão de vida justo para a população de todas as regiões.

O turismo sustentável se for praticado tanto pelo governo como pela empresas privadas, aumentará o tempo útil das finalidades e dos equipamentos turísticos, dilatando as vantagens dos empreendimentos.

As questões mais debatidas para a preservação ambiental não obstante o turismo se converge para um progresso sustentável da atividade e na qualidade das atrações.

O turismo maciço vem diminuindo em conseqüência do aumento dos preços das viagens. O turismo sustentável está expandindo os custos de seu progresso, o que obviamente ampliará os preços das viagens, as quais se tornarão acessíveis somente à classe econômica privilegiada.

“Assim, os meios naturais visitados de forma seletiva manterão seus limites de capacidade e, além de fornecer serviços e um produto de qualidade, preservarão sua atratividade para as gerações futuras” (HUDMAN, 1991 p.19).

A proteção ambiental poderá então ser mantida, tendo em vista a limitação dos números de visitantes. Nos países industrializados, onde dificilmente se pretende substituir as viagens de férias por outras atividades de lazer, essa limitação torna-se repressora.

O Brasil, apesar de possuir uma quantidade expressiva de recursos naturais, ainda não se transformou em uma atração turística internacional significativa. Sendo assim o progresso sustentado do turismo pode acontecer sem grandes reações dos grupos nacionais ou estrangeiros implicados na sua comercialização (RUSCHMANN, 1999).

Felizmente, uma parcela representativa de ecoturistas está ansiosa e disposta a contribuir para a conservação do meio ambiente quando viajam. Entretanto, é preciso haver oportunidades para que todos atuem e contribuam para que tudo isso seja possível, e possa funcionar bem, dentro de um planejamento e fazer parte de um sistema.

O Turismo é um tema que até o presente momento não se aperfeiçoou e nem se estabilizou, pois as pesquisas sobre as modificações ambientais, sejam elas benéficas ou danosas, que ele vier a proporcionar futuramente, estão em constante crescimento.

As alterações criadas através das regras inovadoras, como a discussão dos problemas e na proposição de soluções, o bom senso comum, existente nas comunidades locais, muitas vezes apenas necessita de um estímulo para gerar ações que possam produzir resultados positivos à sustentabilidade do meio, são dirigidas para a conciliação entre o crescimento econômico e a defesa do meio ambiente. Isto faz com que o turismo continue nômade e ativo, uma vez que ele retrata os padrões de diferentes grupos sociais.

Na década de 1960 o turismo vislumbrava apenas as vantagens econômicas dos empreendimentos. A posse desordenada principalmente nos litorais e montanhas, trouxe

prejuízos ao meio ambiente físico, cultural e social, pois o uso irracional e impróprio dos recursos naturais revelava uma lacuna no planejamento e gestão dos empresários (TULIK, 2001).

Essa situação provocou um confronto entre os ambientalistas que se dividiram entre a prática da busca da preservação ambiental e o desenvolvimento, muito embora, até a década de 1970, os proveitos econômicos eram ainda os mais cobiçados.

Com o propósito de se evitar a deteriorização ambiental desenvolveu-se um maior empenho na orientação do ser humano no sentido de planejar, monitorar e de se impor leis para a conservação da natureza.

As expectativas de futuro no que se refere ao meio ambiente são um tanto quanto obscuras, mesmo que o empenho e a preocupação pelo assunto sejam atualmente importantes.

Os ambientalistas confiam que com o aumento populacional e suas discussões, possa sobrevir uma excelente mudança de atitude por parte da humanidade (ENCARTA, 1999).

As novas suposições que surgem para o progresso do turismo responsável têm a obrigação de atentar especialmente para o compromisso social da atividade turística com o meio ambiente, para uma melhoria de qualidade de vida da nossa e de todas as espécies desta e das futuras gerações.

Além da sensibilidade física, cultural e social, precisa-se contar com a benevolência política, para que os projetos turísticos não sejam desalentados e nem que as leis ambientais sejam descumpridas.

O turismo tende a crescer no futuro e o maior desafio é garantir que esse avanço se realize dentro de uma estrutura sustentável e que o Estado equacione as desavenças surgidas entre os objetivos da área turística e os habitantes locais. As formas de controle desta convivência serão mais eficientes em função de convicções e regras lógicas compartilhadas entre eles.

No Brasil, as questões ambientais foram um pouco marginalizadas, mas em 1973 foi criada a Secretária de Meio Ambiente, que defende o desenvolvimento da atividade turística em áreas naturais considerando a fragilidade dessas áreas, muitas vezes, não comportando o número elevado de visitantes.

Além disto, a inexistência da infra-estrutura podendo comprometer de maneira acentuada o meio ambiente, com alterações na conservação dos recursos naturais. Isto pode explicar a origem de órgãos públicos com atribuições específicas na questão ambiental a nível estadual e municipal, com a possibilidade de um mundo harmonioso e equilibrado (SANDEVILLE, 2001).

Segundo Ramos & Buylla (1992), a preocupação com a conservação das Unidades de Conservação deve-se, principalmente, à biodiversidade contida por este ecossistema. A conservação de uma floresta não significa necessariamente deixá-la intacta, uma vez que ao se explorar racionalmente os produtos florestais, estes poderão ser extraídos moderadamente sem alterar em demasia a estrutura e a dinâmica das populações.

“A criação de parques tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países do Terceiro Mundo” (DIEGUES, 1996, p.13)

Para se visitar um parque é necessário seguir certos padrões de cuidados e recomendações como, por exemplo, o respeito à natureza, andar sempre acompanhado, não jogar lixo no parque, saber observar sem modificar o ambiente natural.

É importante refletir sobre o fato de que todos estão envolvidos em uma caminhada comum. A energia da vida está interligada em todos os seres vivos. Tudo o que praticamos tem um reflexo no todo universal, pois há uma inter-relação entre todas as coisas que buscam compreender o homem e o universo desde a origem até sua finalidade.

É crescente a preocupação da moderna civilização no que tange a conservação do meio ambiente, evitando que as florestas sejam devastadas. Não se trata de uma problemática longínqua, pois esse fato vem ocorrendo em todos os meios.

Podemos citar como exemplo a antiga Reserva do Trabiçu em Pindamonhangaba interior de São Paulo, que se transformou em Parque Municipal e que atualmente corre o risco de perder suas características originais.

A transformação da Reserva em Parque exige das autoridades públicas e dos ambientalistas, um estudo minucioso sobre os impactos da modificação dessa reserva sobre o meio ambiente.

Seguindo essa linha de pensamento, Gadotti (2000) nos mostra que o ecodesenvolvimento se baseia em vários princípios, entre eles citam -se:

- A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral.
- Elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social, e respeito a outras culturas, e programas de educação. Com o despertar da consciência ecológica nasce também uma nova sociedade.
- A ecoeducação, a educação ambiental e comunitária (popular), chamada de educação sustentável, precisa, ser estimulada.

2.3 Caracterização das Áreas Naturais como Unidades de Conservação

A lei federal número 9.985, de 18 de julho de 2000, o SNUC estabelece que Unidade de Conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003)

Como forma de minimizar a crescente degradação das áreas que tem perdido sua característica natural e sua biodiversidade por inúmeros interesses e pelo mais variados fatores, as Unidades de Conservação (UCs) vêm ganhando crescente atenção de especialistas e da sociedade, devido aos valores que representam. Apesar da descrença demonstrada por alguns especialistas com relação ao nível de conservação e o uso como forma de lazer das UCs, verificam-se esforços de muitos estudiosos para atingir um equilíbrio aceitável entre a manutenção da biodiversidade e o uso para recreação.

As Unidades de Conservação são hoje umas das maneiras centrais de conservação da nossa biodiversidade, por essa razão há uma preocupação internacional na regulamentação, criação e gerenciamento dessas áreas.

Com relação ao impacto causado na biodiversidade, a EMBRATUR (1994) afirma que a atividade turística em áreas naturais deve observar a fragilidade dessas áreas que muitas vezes não comporta o número de visitantes, tráfego de veículos e também a falta de infraestrutura e preparo da população local que muitas vezes são excluídas de toda a implantação das UCs.

Uma Unidade de Conservação ou uma Área Natural protegida é definida, segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN), como “uma superfície de terra consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos eficazes” (UICN, 1994, p.261). E as categorias dessas áreas são semelhantes às do Brasil definidas no Sistema nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000).

As áreas protegidas constituem-se em locais ideais para implantação de programas de Educação Ambiental, uma vez que representam verdadeiros laboratórios vivos propiciando o aumento de conhecimento e uma experimentação direta com o meio, motivando o interesse e a integração das populações onde essas áreas estão localizadas. O estímulo da experiência, juntamente com a transmissão de conceitos ecológicos e o incentivo a um processo de inclusão de todos os seguimentos das comunidades locais, podem trazer novos valores que

contribuem para um envolvimento à conservação e ao exercício pleno da cidadania. (PÁDUA & TABANEZ, 1997).

É importante que na formação de uma UC sua administração acompanhe toda a formação e utilização do recurso para que se preservem seus objetivos principais e que o gerenciamento organize uma visitação voltada para preservação dos seus recursos. Observando suas características, aptidões e fragilidades para utilizá-la de acordo com o planejamento definido para a UC, vetando ou utilizando de maneira total ou parcial os recursos naturais.

Para Eagles & McCool (2002), são necessárias medidas de gerenciamento que estabeleçam limites e responsabilidades aos visitantes até mesmo impedimentos legais visando reforçar a educação, a informação ao invés da aplicação de restrições, reforçam dizendo que o gerenciamento deve levantar questões quanto a qualidade da experiência do visitante e de como administrar o impacto causado pela visitação em níveis desejáveis e aceitáveis.

Desta forma, a análise de uma área natural, qualquer que seja sua classificação segundo a legislação existente, deve considerar alguns aspectos comuns a sua boa utilização pela sociedade como área de lazer.

Os aspectos que serão utilizados posteriormente na análise dos casos em estudo são os que seguem: Transporte, hospedagem, plano gestor, infra-estrutura, participação da população, mão de obra profissional, educação ambiental e política pública.

3 O CASO DO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA

3.1 Histórico do Município de Pindamonhangaba

A partir do século XVII iniciou-se o povoamento da região de Hepacaré, que se estendia de Taubaté a Lorena. Essa região era habitada pelos índios Geomemis e Puris, quando começou a entrada de brancos à procura de escravos índios e desbravando novas terras. Os paulistas vão ficando por aqui, dedicando-se à agricultura de subsistência (mandioca, milho, fumo, entre outros) à pesca, à caça, ao apresamento de índios e, sobretudo, à procura de ouro nas Minas Gerais. Surge assim um povoado e, conforme o costume da época, tão logo constituídas as povoações, passava-se a edificar a capela sob a invocação de um santo padroeiro, motivo pelo qual essas construções representavam sempre o primeiro marco de fundação. Foram vários os pioneiros na região: Jacques Félix, fundador de Taubaté; Antônio Bicudo Leme, seu irmão Braz Esteves Leme e o Padre Faria Fialho, primeiro vigário da paróquia, que aqui se estabeleceram (ABREU, 1977)

Há duas versões sobre a fundação de Pindamonhangaba (NOGUEIRA, 1995):

Primeira Teoria: Idéia geral

12 de agosto de 1672, por Antonio Bicudo Leme e Bráz Esteves Leme.

Os irmãos Leme adquiriram da Condessa de Vimieiro glebas de terra ao norte da Vila de Taubaté, bem à margem direita do Rio Paraíba. Aos 12 de agosto de 1672, Antônio Bicudo Leme e Braz Esteves Leme iniciaram a construção da capela em honra a São José, fundaram a povoação de São José de Pindamonhangaba. Essa capela foi edificada no alto de uma colina, exatamente onde hoje se localiza a Praça da República (Largo do Quartel) Baseado nesta teoria, em 07 de dezembro de 1953 o então Prefeito Dr. Caio Gomes Figueiredo oficializou

pela Lei nº 197 a data de “12 de agosto de 1672” como a data da Fundação de Pindamonhangaba, tendo como Fundadores: Antônio Bicudo Leme e Bráz Esteves Leme

Segunda Teoria:

22 de julho de 1643, pelo Padre João de Faria Fialho

No início do Século XVII sesmarias vão sendo concedidas na zona de Taubaté – Pindamonhangaba – Guaratinguetá, destacando-se uma que é concedida em 17/05/1649, ao Capitão João do Prado Martins, na paragem chamada Pindamonhangaba. De acordo com a respectiva carta de doação, esse povoador, vindo de São Paulo, com a família e agregados já estavam de posse de suas terras, naquela paragem, desde o dia “22 DE JULHO DE 1643”, que é considerada a data de Fundação de Pindamonhangaba, pois o sítio então aberto por João do Prado se situava no rocio mesmo da futura vila e cidade de nossos dias. A partir daí, da paragem à margem direita do rio Paraíba, forma-se um bairro dependente de Taubaté, para onde vão afluindo novos povoadores e moradores. Começa a funcionar no bairro uma igreja, de porte pequeno, cujo orago é Nossa Senhora do Bom Sucesso. A sua ereção é devido ao padre João de Faria Fialho, considerado o Fundador de Pindamonhangaba. A igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso (a velha) estava edificada na atual Praça de República, passando seu orago para novo templo construído em 1707 (ainda pelo mesmo sacerdote) onde hoje é a capela-mor da Matriz (ABREU, 1977).

Em 09 de março de 1973, o prefeito Dr. João Bosco Nogueira, por existir dúvidas quanto à fundação de Pindamonhangaba e até que a data de fundação seja encontrada de forma documental aprova e promulga a seguinte lei:

“Lei Municipal nº 1336 de 09 de março de 1973”:

Art. 1º - Fica revogada a lei nº 197, de 7 de Dezembro de 1953, que oficializou data da fundação de Pindamonhangaba.

Art. 2º - A data de 10 de Julho de 1705, que é a da Emancipação Política de Pindamonhangaba, continuará sendo comemorada como a data magna do município, até que a da Fundação seja descoberta de forma documental.

3.2 Localização Geográfica

Pindamonhangaba localiza-se no Vale do Rio Paraíba, na zona fisiográfica denominada Médio Paraíba. Está a 132 km de São Paulo e 250 km do Rio de Janeiro (Figura 1). Apresenta clima bastante saudável, temperatura média de 20º anuais e inverno seco.

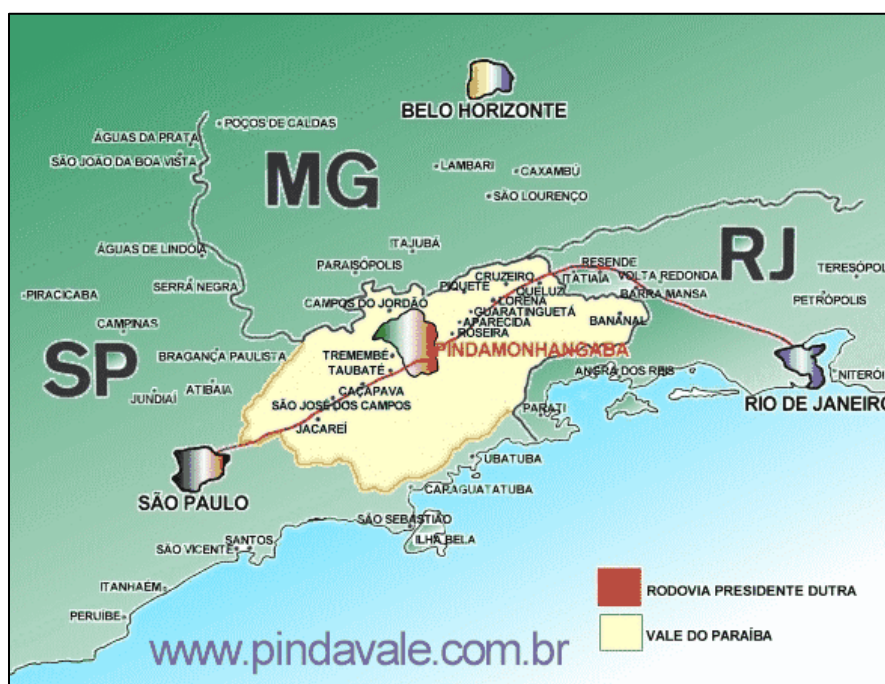


Figura 1 - Mapa da localização do município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo (CMC MULTIMÍDIA, 2007).

O significado de Pindamonhangaba significa na língua Tupi “lugar onde se faz anzol, vem de Pindá ou Piná (anzol) monhan (fazer) gaba (lugar)”.

Nesta região do Vale do Paraíba até por volta de 1720, falava-se tupí, na proporção de dois por um sobre o português. Os povoadores adotaram a língua dos indígenas, pois até hoje

perduram a toponímia tais como: Itapeva, Mandú, Maçaim, Curuça, Mantiqueira, Trabiju, Ipiranga, Piracuama, entre outros (CESAR, 1987).

3.3 Lazer e Turismo em Pindamonhangaba, uma Visão Oficial

O lazer urbano, quando não planejado desenvolve-se mais para os ricos do que para os pobres, isto por causa da questão financeira. O desenvolvimento tecnológico e econômico separa as pessoas em melhor condição econômica daquelas em pior condição e isso mostra que a sociedade não está bem distribuída, quem tem dinheiro tem mais espaço para o lazer e quem não tem condições financeiras fica com poucas opções.

O Estatuto da Cidade é uma Lei Federal nº. 10.257/2001 que determina a Política Urbana em todo o território nacional. Trazendo regras para a organização do município atendendo à política urbana da Constituição Federal. Tem por objetivo a garantia do direito à Cidadania para todos, como à moradia digna, a terra e o direito a uma cidade com mais justiça.

Este estatuto determina que o Plano Diretor seja obrigatório para os municípios que possuem mais de vinte mil habitantes; fazem parte de regiões metropolitanas; são turísticos ou tem grandes obras que colocam o meio ambiente em risco ou que mudam muito a região, como aeroportos, rodovias, barragens ou hidrelétricas.

Pindamonhangaba pelo que demonstra seu plano diretor tem diretrizes para investir em turismo e lazer.

Um das preocupações do Plano Diretor Participativo (PDP) foi com a preservação da natureza, pois Pindamonhangaba possui uma grande reserva de Mata Atlântica.

O Plano Diretor Participativo do Município de Pindamonhangaba, foi aprovado pela câmara Municipal na sessão do dia 09 de outubro de 2006, prevê em sua seção IV que trata do turismo em seu artigo 52:

São diretrizes para o desenvolvimento do turismo no Município de Pindamonhangaba:

- I. *Instituir o Plano Diretor de Turismo, para elaboração da Política Municipal de Desenvolvimento do Turismo;*
- II. *Desenvolver a infra-estrutura e conservação dos parques, reservas biológicas e de todo potencial natural que venha a ser de interesse turístico;*
- III. *Aprimorar a prestação de serviços vinculados ao turismo, nas suas diversas manifestações históricas, cultural, de negócios, ecológico, rural e de lazer, através de ações de formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;*
- IV. *Apoiar programas de orientação e divulgação do turismo;*
- V. *Apoiar o desenvolvimento de projetos de turismo;*
- VI. *Criar um fundo para a promoção do turismo;*
- VII. *Apoiar o desenvolvimento de programas de lazer e entretenimento e a eventos voltados para o turismo;*
- VIII. *Promover a integração regional através de programas de desenvolvimento turístico;*
- IX. *Criar um centro de atendimento para o turista de 1 (um) dia;*
- X. *Dotar as áreas que possam ser consideradas de interesse turístico, de equipamentos de apoio ao turista e a população local, consistindo na implantação de bebedouros, banheiros e bancos com cobertura.*

No que tange ao lazer, cita o crescimento desordenado como uma armadilha que atrapalha o desenvolvimento. Bairros muito grandes crescem ao lado de parques industriais, que atraem carretas, poluição e geram um ambiente desfavorável para a prática do lazer.

Na seção IV, que trata do Lazer e do Esporte, em seu artigo 61, nos mostra que a política de esporte e lazer tem como objetivo propiciar aos munícipes condições de desenvolvimento físico, mental e social, por meio de incentivo à prática de atividades esportivas e recreativas, que levem ao fortalecimento dos laços sociais e comunitários entre as pessoas e grupos sociais, bem como a prevenção de doenças e promoção da saúde.

Em seu artigo 62 são apresentadas as diretrizes da política de esporte e lazer:

- I. *Garantir à população condições de acesso aos recursos, serviços e infra-estrutura para a prática de esportes e lazer, nos termos do artigo 224 da Lei Orgânica do Município;*
- II. *Incentivar à prática de esportes na rede escolar municipal;*
- III. *Implementar e apoiar às iniciativas de projetos de esporte e lazer para todas as faixas etárias da população;*
- IV. *Promover eventos poliesportivos e de lazer nos bairros;*
- V. *Conscientizar a população para a conservação e manutenção de equipamentos urbanos de esporte, recreação e lazer;*
- VI. *Dar incentivo fiscal a iniciativa privada, nos termos do art. 227 da Lei Orgânica do Município;*
- VII. *Garantir o atendimento especializado quanto à prática da educação física e à prática de atividades desportivas às pessoas com deficiência, bem como para o idoso;*
- VIII. *Estimular o setor empresarial, para a ampliação da prática da responsabilidade social no que diz respeito à área de esporte.*

Do que foi exposto pode-se afirmar que o potencial para turismo com utilização de áreas naturais é significativo em Pindamonhangaba. As diretrizes apresentadas no Plano Diretor indicam que o poder público reconhece a importância da utilização de áreas naturais e

da Mata Atlântica para o desenvolvimento da sociedade local e para a prática de esportes e recreação.

3.4 Áreas Naturais como Espaço de Lazer e Turismo em Pindamonhangaba

Existem três principais áreas no município de Pindamonhangaba para o lazer e turismo em áreas naturais: Bosque da Princesa, Balneário Reino das Águas Claras e Parque Municipal do Trabiju (Figura 2).

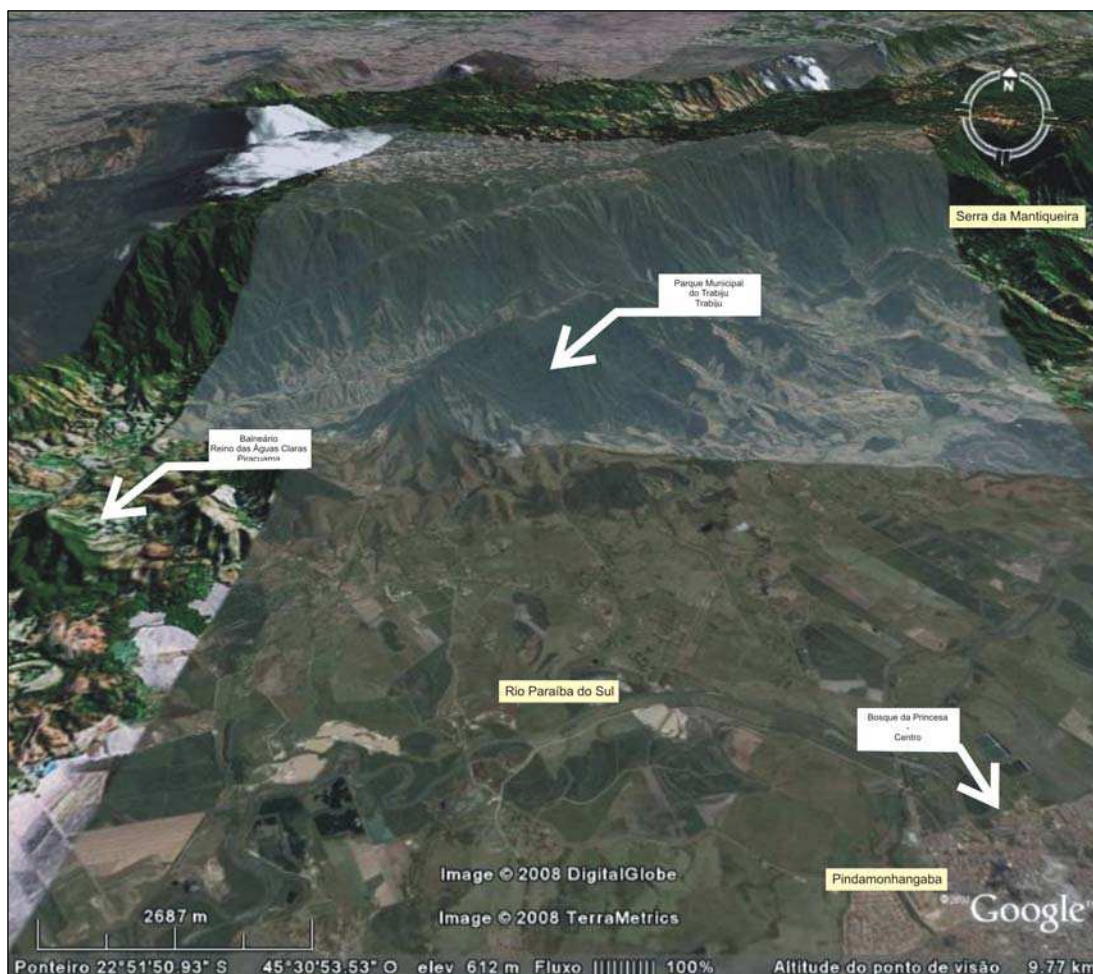


Figura 2 – Imagem de satélite do município de Pindamonhangaba onde estão demarcadas as áreas de estudos (adaptado de Google Earth, 2008).

3.4.1 Bosque da Princesa

O Bosque da Princesa situado à margem direita do rio Paraíba, recebeu ao longo de sua história outros nomes, sendo Largo do Porto, depois, com a proclamação da Independência, passou a ser chamado de Largo do Ipiranga, em homenagem aos dez pindamonhangabenses que estiveram às margens do rio Ipiranga, junto ao imperador durante o grito histórico, em seguida, Praça Cornélio Lessa e finalmente Bosque da Princesa e que também foi cercado várias vezes, inclusive com cerca de arame, até ficar como o vemos hoje, com suas grades e seu portal de entrada (ABREU, 1977) (Figura 3).



Figura 3 – Entrada do Bosque da Princesa, Pindamonhangaba, SP.

Em 1868, ocorreu a visita que o conde D'Eu, Senhor Gastão de Orleans, e a princesa Isabel Christina de Bragança, fizeram à Vila Real de Pindamonhangaba, atendendo a convite do Visconde da Palmeira, o capitão Antônio Salgado da Silva (REALE, 1970).

Para recepcioná-los foi realizada a urbanização de um local onde o casal pudesse desfrutar de agradáveis momentos a sós. Foi planejada a elaboração de um jardim, um bosque junto ao rio. Após os entendimentos entre os poderes municipais e o anfitrião Visconde da Palmeira, colocaram a idéia em prática. Coube ao presidente da Câmara, na época também responsável pelo Executivo, autorizar o município a adquirir uma faixa de terra no local combinado. Para a remodelação da área foi especialmente contratado pelo Visconde da Palmeira um desenhista e botânico, vindos da França, Aguste François Marie Glaziou que acabou com qualquer vestígio do porto que funcionava anteriormente no local. Complementando a decoração, o palacete do Visconde, no alto da ladeira, foi ligado à entrada do bosque por uma alameda de palmeiras imperais (REALE, 1970).

No dia 14 de dezembro de 1868, por volta das 16h30, os esperados visitantes foram recebidos em Pindamonhangaba. Hospedaram-se no palacete do Visconde, desfrutaram de momentos no bosque, voltando à capital do Império cinco dias depois.

Em 1878, como forma de homenagear o cidadão pindamonhangabense Cornélio Lessa, a Câmara Municipal denominou o local de Praça Cornélio Lessa. O lugar passou a ser aberto ao público. Ali se realizavam concertos e festas religiosas.

Com a criação da Escola de Farmácia e Odontologia em 1913, o bosque passou a ser freqüentado pelos estudantes, que desfrutavam do local nas horas de lazer. Também foi ponto de encontro dos atletas do Clube de Regatas, cuja sede ficava ao lado.

Em 28 de maio de 1952, de acordo com a lei municipal nº 113 passou a ser denominada Bosque da Princesa.

Uma das maiores transformações no Bosque ocorreu em 1970, segundo artigo publicado no informativo Cul-Tur (edição de 25/3/1978), Décio Homem de Mello assim descreve a mudança:

“Dezenas de árvores foram derrubadas, outras podadas, sendo a limpeza geral, não só quanto ao corte do mato e dos galhos mais baixos, como dos arbustos, restando ao final apenas parte das árvores, distanciadas uma das outras e com seus troncos limpos e caiados”.

E prossegue: “acabaram-se os capões de mato, tufos de samambaias, emaranhados de troncos, renques de coqueiros, cerrados fechados de árvores frutíferas, elevações de solo, e a rua que circundava o bosque e seus trilhos, sendo o terreno nivelado e gramado com passagens de lajes de cimento, em torno dos quais se colocaram alguns bancos”.

“... Os dois lagos, um menor, acima, e outro maior, abaixo, próximos ao rancho, com escavações rudimentares feitas no terreno, represando a nascente d’água ali existente, e separados por pequena ponte, trouxeram, inegavelmente, um encanto especial ao local”, acrescenta.

Essas transformações deram espaço para a criação do Rancho do Bosque, um bar e restaurante cujos concessionários também exploravam o serviço de passeios de barco. Com um ancoradouro para lanchas em frente à construção. Anos depois o restaurante e o serviço de barcos deixaram de funcionar. O Rancho do Bosque transformou-se numa casa noturna, com bar e pista de dança. Empreendimento que não teve continuidade.

O Bosque da Princesa volta a ser administrado pela Prefeitura do Município de Pindamonhangaba em 1981, pois foi rescindido um convênio de comodato que havia sido firmado em 23 de agosto de 1967, entre a Secretaria de Esportes e Turismo do Estado e a Prefeitura, onde o município cedia o bosque ao Estado por 20 anos, cabendo a administração do local à Estrada de Ferro Campos do Jordão. Como o convênio não funcionou como deveria, houve inoperância por parte do Estado com relação ao Bosque, que voltou a ser administrado pela Prefeitura.

O local onde estava estabelecido o Rancho do Bosque abrigou o Departamento de Educação e Cultura, o Conselho Municipal de Turismo e o Serviço de Merenda Escolar. Com ocupação temporária, até a administração municipal transferir essas entidades para locais apropriados. Após essa ocupação o prédio sediou eventos artísticos e culturais.

Cogitou-se a possibilidade de transformá-lo em museu florestal, no ano de 1984, de acordo com um projeto de reurbanização apresentado pela arquiteta Nancy Antunes de Moura. Mas não foi aprovado, e a falta de cuidado com o local foi expulsando seus usuários até seu abandono. No ano de 1985, o local era considerado perigoso, com ocorrência de vários assaltos.

Como conseqüência em 1990 o local recebeu nova cerca e remodelado, para que atraísse novamente a população para o local, com a participação do artesão Zé Santeiro, responsável pelas confecções artísticas de figuras, bancos e local para criação de aves ornamentais; do artista plástico Ademir da Costa Alves “Kuka”, autor dos painéis (pintura

sobre azulejos), retratando cenas e locais históricos de Pindamonhangaba, e do engenheiro uruguaio Félix Carbajal, que construiu o Relógio do Sol. A partir desse ano o Rancho do Bosque passou a abrigar a Biblioteca Municipal Vereador “Rômulo Campos D’Arace” (MARCONDES, 2000).

Atualmente é um espaço de lazer pouco utilizado pela população local, pela falta de uma programação que atraia seus moradores.

Com relação a sua estrutura física, há no Bosque da Princesa, uma biblioteca, cujo acesso é fora do parque.

O primeiro contato do visitante acontece na portaria que é aberta e sem qualquer controle tendo somente um guarda, e algumas placas de sinalização em sua entrada.

O Bosque dispõe de uma pista para caminhada e uma área para ginástica, três lagos artificiais com peixes, bancos de alvenaria, banheiros pequenos (e sujos). Para as crianças encontram-se um *playground*, com diversos brinquedos infantis, como gangorras, balanços e escorregadores.

O Bosque, por ser próximo da cidade, possibilita o acesso de muitas pessoas que vão caminhando e outras de carro, não tendo uma linha de ônibus até o local.

Quanto à hospedagem não possui alojamentos, o parque fecha às 22h00, não sendo permitido sua utilização após seu fechamento. Existem alguns planos de gestão como, por exemplo, a previsão de contratação de profissionais de lazer e turismo pra realizar atividade para os visitantes, mas que ocorrem somente no papel, não tendo até o momento dessa pesquisa, um gerente ou funcionários responsáveis por gerir e administrar o Bosque, ou mesmo elaborarem programação cultural ou esportiva. Esporadicamente acontecem alguns eventos, mas não são planejados anteriormente ou com a participação da população em sua elaboração.

A população ocupa o parque mais nos finais de semana, não recebendo um grande número de visitantes, não tendo sido realizado nenhuma pesquisa ou uma análise do perfil dos visitantes, o que seria pertinente.

Sua infra-estrutura turística é regular, não possui restaurantes, banheiros em boas condições de uso, nem funcionários treinados para atender os usuários, com número muito reduzido (Figura 4). Os visitantes não recebem nenhuma orientação quanto ao uso da área ou programas relacionados à educação ambiental.



Figura 4 – Lago artificial e pista para caminhada que fazem parte da infra-estrutura do Bosque da Princesa, Pindamonhangaba, SP.

3.4.2 Balneário Reino das Águas Claras

Segundo Abreu (1977), aproveitando um trecho calmo do rio Piracuama, com vista para a Serra da Mantiqueira, marginando a Rodovia que liga Pindamonhangaba a Campos de Jordão, foi criado em 1970 o Balneário “Reino das Águas Claras”. Trata-se de um recanto, construído no km 17 da via férrea, pela Estrada de Ferro Campos de Jordão, que está

localizado na Rodovia Dr. Caio Gomes Figueiredo km 17, da antiga estrada Pindamonhangaba – Piracuama.

O rio Piracuama, cujo significado indígena quer dizer Cova de Peixes é formado por riachos de águas frias e cristalinas oriundas das vertentes da Mantiqueira. Ao atingirem a planície do Vale do Paraíba, reúnem-se para formar o rio Piracuama, pedregoso e barulhento. Alguns quilômetros antes de lançar suas águas no rio Paraíba, o Piracuama invade a área de domínio da Ferrovia e compõe a paisagem do Balneário.

Nessa área, que possui 21.311 m², encontra-se uma infra-estrutura para que o visitante possa passar o dia todo. O Parque é equipado com bar, restaurante, churrasqueiras, sorveteria, guarda-volumes, parque infantil, palco coberto para refeições e apresentações diversas, ponte pênsil, uma casa do artesão e sanitários, tudo isso numa ampla área verde. No leito do rio foram realizadas adaptações para formação de pequenos lagos e cachoeiras, permitindo desta forma a natação (Figura 5). A maior atração do Parque é o banho no Rio Piracuama no verão, mas no inverno a procura é pequena e devido à falta de uma programação que atrai a população.



Figura 5 – Fotos do Balneário Reino das Águas Claras mostrando as áreas verdes e os lagos artificiais, Pindamonhangaba, SP.

O primeiro contato do visitante acontece na bilheteria e depois na portaria que é fechada e com controle de ingressos.

No critério de informação encontram-se algumas placas de sinalização com objetivo de orientação do visitante.

O Balneário conta com trinta e sete funcionários, que estão distribuídos dentro de um programa de gestão que envolve as áreas de segurança, limpeza, uso público, mas em seu programa, necessitaria ser acrescentados às áreas de proteção ambiental, pesquisa científica e interação sócio ambiental.

A origem do nome “Reino das Águas Claras” foi inspirada na obra literária do escritor Monteiro Lobato. Por este motivo, um parque temático, foi decorado com 11 figuras de cerâmica artística, que se tornou um atrativo a todos o ano inteiro, em tamanho natural dos personagens do Sítio do Pica-Pau Amarelo, confeccionadas pelos artesãos José Pyles, Alarico Corrêa Leite e José Ferreira. Há também uma tartaruga em pedra sabão, decorando o Parque.

Além das figuras, o Parque conta com três pequenas trilhas destinadas a diversão das crianças: a Trilha da Emília com cerca de 25m (Figura 6); Trilha do Rabicó com 50m e uma terceira trilha batizada informalmente com o nome de uma funcionária da Estrada de Ferro, “Élida”, que a idealizou.



Figura 6 – Entrada da Trilha da Emília, elaborada para visitação de crianças, localizada no Balneário Reino das Águas Claras, Pindamonhangaba, SP.

Quanto ao serviço de transporte a ferrovia mantém um serviço de trem para levar não só moradores dos bairros circunvizinhos ao Parque até a cidade e vice-versa, como também os turistas que chegam à Pindamonhangaba, com interesse de visitá-lo, e um serviço educacional para escolas, com agendamento antecipado.

Do ponto de vista da gestão ambiental, o Balneário Reino da Águas Claras, como outras áreas naturais em Pindamonhangaba, têm dificuldades em encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e o seu desenvolvimento planejado, que preserve o meio ambiente. Não se trata de tarefa fácil, principalmente por falta de profissionais qualificados para atuarem na área, onde o controle das atividades não deveria ser de valores subjetivos, mas sim de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou em Pindamonhangaba, nem tampouco em nosso país.

O que ocorre atualmente nesse espaço é a falta de uma política voltada para a conservação do local, onde os freqüentadores sem um mínimo de educação em relação à preservação e à conservação do local, simplesmente jogam entulhos tais como: garrafas plásticas, latas, papéis, entre outros resíduos, poluindo o rio e deixando um rastro de sujeira nesse parque.

Constatou-se a veracidade dessas afirmativas quando em 30 de maio de 2006, o autor percorreu as instalações do Balneário Reino das Águas Claras com a finalidade de realizar uma visita a este lugar e verificou que os funcionários não recebem nenhum tipo de treinamento para execução de suas tarefas; o local não possui guias turísticos especializados; a grande maioria dos freqüentadores e funcionários demonstrou não ter consciência da importância da preservação ambiental; pois se percebeu a existência de lixos no chão, e que até a data da visita não haviam sido tomadas medidas para que se contivesse a devastação, poluição e segurança do balneário; sendo que não se percebe que a problemática da Educação Ambiental é discutida entre os funcionários do parque, nem tampouco é transmitida aos seus freqüentadores.

3.4.3 Parque Municipal do Trabiju

Ocupando uma área de 5.904.800 metros quadrados, nas matas da Mantiqueira – a 14 km do centro urbano de Pindamonhangaba, o Parque Municipal do Trabiju é um dos mais belos refúgios existentes no Vale do Paraíba e Sul de Minas. A referida área, patrimônio municipal desde 1899, já foi fazenda nos áureos tempos do café e já abasteceu a população Pindamonhangabense com sua água (TRIBUNA DO NORTE, 1996) (Figura 7).



Figura 7 - Trilha da Cachoeira, localizada no Parque Municipal do Trabiju, Pindamonhangaba, SP.

Segundo Fisch (1998), o nome anterior do atual Parque Municipal do Trabiju era Fazenda Santa Cruz, sendo os proprietários Francisco Marcondes Rangel e Rosalina de Castro Rangel. Naquela época, possuía cafezais, além de casa moradia, paióis e pastos. A propriedade media aproximadamente 1.600 metros de frente por cerca de 3.700 metros de

fundo. As laterais do terreno davam com as terras dos herdeiros do capitão João Antonio Monteiro e de José Moreira César; por outro, com as terras de Manoel Antonio Homem de Mello, e nas cabeceiras, com a propriedade de João Martins Porto Sobrinho.

Em 1899, deixou de se chamar Fazenda Santa Cruz e de pertencer aos Rangel. Naquele ano, assumia o governo do Município de Pindamonhangaba o intendente (cargo equivalente ao de prefeito) Francisco Marcondes Romeiro, eleito em 30 de Outubro do ano anterior, para a legislatura de 1899-1901.

O novo intendente tinha entre os planos iniciais de sua administração abastecer a cidade com a água da serra. O local escolhido para a captação das águas seria o córrego do Felipe, situado justamente na Fazenda Santa Cruz, no bairro do Trabiju.

Marcondes Romeiro conseguia a aprovação do projeto no segundo mês de sua gestão, no dia 27 de Fevereiro, declarando de utilidade pública para ser desapropriada, na forma da lei, a área que circundava o manancial do córrego do Felipe; assim como os terrenos laterais à linha adutora do encanamento para melhor fiscalizar e conservar a rede de captação fluvial.

Naquela ocasião a Câmara pagou pela fazenda dez contos de réis, sendo três de entrada e o restante em três anos, com juros de 12%, e o lugar passou a ser chamado Fazenda da Represa.

As obras de encanamento entraram em execução e, em 28 de Janeiro de 1900, às 11 horas da manhã, era inaugurado, em solenidade pública, os chafarizes do bairro Boa Vista e da praça do mercado. Passada uma semana, no dia 4 de Fevereiro, às 17h30, era inaugurado o chafariz da Praça Monsenhor Marcondes, com banda, fogos, discursos e muita água.

O serviço de abastecimento da Fazenda da Represa só foi satisfatório até 1930. No entanto, por causa de divergências políticas, a captação de um manancial maior utilizando o Rio Paraíba só foi possível na década de 1950 durante a administração do Dr. Caio Gomes Figueiredo. Atualmente, apenas a Praça da Cascata recebe água da serra (Trabiju).

A denominação Trabiju surgiu em 1979 e deve-se ao fato de estar localizada no bairro que leva o mesmo nome, com a criação do projeto de lei de autoria dos vereadores José Maria da Silva e Nelson Naressi. O principal objetivo do projeto era proibir desmatamentos na Fazenda, assim como impedir a retirada de espécimes da fauna e da flora daquelas matas.

Inspirado no decreto do Governador do Estado, Paulo Egydio Martins, criado em Fevereiro de 1978, que dispunha sobre a organização da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Esta Secretária, por intermédio de sua Divisão de Proteção de Recursos Naturais, planejava a proteção de conjuntos florísticos em vias de extinção.

Aprovada pela Câmara, o prefeito, que na época era o Dr. Geraldo Alckmin, promulgou a lei criando e denominando de Reserva Florestal do Trábiju toda a área compreendida pela Fazenda da Represa. A lei foi publicada em 27 de junho de 1979.

Seis anos depois, em junho de 1985, um projeto do vereador Edson Derrico alterava o artigo 1º da lei que havia criado a Reserva Florestal, mudando sua denominação para Reserva Ecológica.

Como justificativa para a alteração o vereador Derrico apresentou: “Como Reservas florestais nós temos centenas em nosso município, pois reserva de eucaliptos, de *pinnus* entre outros, são reservas florestais. Porém como reserva Ecológica Municipal nós teremos apenas esta, e, ao que parece será a primeira das Reservas Ecológicas Municipais do Brasil, um orgulho para Pindamonhangaba” (FISCH, 1998).

Em 03 de setembro de 2001, a Reserva teve sua denominação alterada para Parque Municipal do Trábiju de acordo com a Lei nº 3829, em aprovação ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 69/2001, de autoria do Vereador André Luiz Raposo, subscrito pelos vereadores Delvair Gonçalves de Araujo e Alexandre Pereira Costa.

Com a criação do Parque, a Administração Municipal pretende proporcionar a realização de atividades de lazer e educação ambiental naquele lugar.

A abertura ao público obedecerá a critérios fixados pelo Poder Executivo levando-se em conta a observância das normas ambientais e a proteção à flora, fauna e demais elementos naturais.

Embora bem intencionado, o Poder Público, mesmo amparado em Leis, coloca em risco dessa importante e significativa área.

A situação atual do Parque, tendo uma entrada cercada com um portão de madeira e uma guarita que fica abandonada, na entrada percebem-se também algumas placas de sinalização diferentes uma das outras, nenhum padrão nas mensagens e nem nos formatos (Figura 8).



Figura 8 – Entrada do Parque Municipal do Trabiju, Pindamonhangaba, SP.

A fiscalização é deficiente tendo somente um funcionário para recepcionar e fiscalizar todas as ações dos visitantes.

Caçadores de animais silvestres e pessoas que extraem ilegalmente palmitos são encontrados no local.

A Universidade de Taubaté realiza algumas pesquisas na área de biologia, através do Departamento de Biologia, tendo como responsável a professora Dra. Simey Thury Vieira Fisch.

As trilhas com extensão e graus de dificuldades variadas, cortando o Parque pelas cachoeiras e matas, com poucas placas de sinalização e deixando o visitante confuso. Estas trilhas deveriam ser feitas com monitores ambientais, pois assim atenderia as expectativas dos diferentes grupos que o visitava, mas isso não ocorre. O Parque nem possui esses profissionais. Este Parque ainda é desconhecido pela maioria da população, que não usufruem das exuberantes variedades de espécies vegetais e animais.

Há um espaço destinado a cursos chamados de ocas, os quais são utilizados poucas vezes no ano, por alunos do departamento de Biologia da Universidade de Taubaté (Figura 9).



Figura 9 - Ocas do Parque Municipal do Trabiju, Pindamonhangaba, SP, espaço destinado a cursos.

O Parque dispõe de uma entrada de acesso, áreas cobertas para cursos, casa do guarda, área com eucaliptos, lago artificial, trilha principal, vegetação secundária (capoeira) e vegetação secundária (floresta) (Figura 10).



Figura 10 – Localização das áreas do Parque Municipal do Trabiçu, Pindamonhangaba, SP.

O Parque está a 14 km do centro da cidade, dificultando o acesso, pois somente de carro ou a pé pode-se chegar até o local, pois não possui linha de ônibus.

Quanto à hospedagem não possui alojamentos, o parque fecha as 17h00, não sendo permitido sua utilização após seu fechamento.

Sua infra-estrutura turística é inexistente, não possui restaurante, nem funcionários para atender aos usuários.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Pesquisa iniciou-se por levantamento bibliográfico e documental, buscando artigos sobre turismo, lazer e questões ambientais.

A pesquisa envolve o levantamento de dados junto aos diferentes Órgãos Públicos governamentais e não governamentais, tais como: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, Câmara Municipal, Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, Secretaria de Esporte e ONG Mantiqueira Viva.

A seguir, delimitou-se o objeto de estudo e a área da pesquisa a ser realizada, incluindo o Parque Municipal do Trabiju, o Balneário Reino das Águas Claras e o Bosque da Princesa. Os dados foram obtidos no Plano Diretor de Pindamonhangaba, em visitas aos locais para observação das condições gerais e pela colaboração de alguns moradores e autoridades.

Esta pesquisa utilizou a técnica de observação direta intensiva, que, segundo Lakatos & Marconi (1992), caracteriza-se por usar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. Pode ser: Sistemática, Assistemática, Participante, Não Participante, Individual, em Equipe, na Vida Real, em Laboratório. No caso das reuniões realizadas neste trabalho, foram conversações efetuadas face a face, de maneira metódica; proporcionando ao pesquisador, verbalmente, informações necessárias.

Foram realizadas:

- Levantamentos bibliográficos sobre lazer, turismo e meio ambiente. Durante a pesquisa e a revisão da bibliografia, e seu registro, levantou-se a bibliografia pertinente, em bibliotecas, artigos científicos, trabalhos, sites na internet, fotografias e revistas. Na revisão da bibliografia o objetivo foi o de buscar definições e regulamentações, para avaliação e comparação a fim de identificar a melhor e mais adequada ao objeto de estudo em questão.

- Pesquisas no município para um arrolamento das áreas verdes existentes, levantamento fotográfico de algumas áreas importantes, como o Balneário Reino das Águas Claras, o Parque Municipal do Trabiju e o Bosque da Princesa.

- Reuniões e visitas técnicas para coleta e levantamento de dados para elaboração dessa dissertação. Toda a observação e avaliação se deram através de observação na vida real, registrando-se os dados à medida que foram ocorrendo espontaneamente, informal, ordinária, simples, ocasional, que consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que se utilizem meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas, combinada com a observação sistemática que é estruturada, planejada e controlada. Com uma observação não participante onde se toma o contato com a comunidade, ou a realidade estudada, mas sem integrar-se a ela, presencia o fato, mas não participa dele.

- Reunião com os funcionários dos atrativos pesquisados, para conhecer a real situação do local e quais os planos de trabalho a serem realizados para a implantação de atividades relacionadas a atividade de visitação.

- Reunião com autoridades do poder Executivo e Legislativo a respeito dos Projetos existentes para utilização de espaços naturais como forma de lazer em Pindamonhangaba.

- Visitas às áreas de lazer, que são objetos desse estudo.

Essas investigações em busca de documentações demonstram a existência da necessidade de despertar no ser humano em geral, e particularmente nos órgãos e entidades acima mencionados, a preocupação em oferecer a sua população, condições de desfrutar o lazer, turismo e a noção da defesa do meio ambiente.

Elaboração de um quadro comparativo para análise dos locais estudados, onde foram observados os aspectos quanto ao uso das áreas se de forma atende plenamente, atende parcialmente ou não atende considerando os impactos decorrentes, dos meios de transportes,

hospedagem, plano de gestão, participação da população, infra-estrutura, mão de obra profissional, educação ambiental, política pública.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Depois de avaliada as opções de lazer existentes em Pindamonhangaba em áreas naturais como o Bosque da Princesa, Balneário Reino das Águas Claras e Parque Municipal do Trabiju, e a criação de base de dados da situação, onde foram coletadas as informações obtidas juntos aos diferentes Órgãos Públicos governamentais e não governamentais, tais como: Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, através do Diretor do Departamento de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, que nos indicou alguns documentos que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho. A Câmara Municipal de Pindamonhangaba, que nos forneceu cópias de várias Leis e projetos de Lei. Secretaria de Turismo e de Esporte, que prestaram seus serviços no Balneário Reino das Águas Claras, GECA (grupo ecológico de conscientização ambiental) e ONG Mantiqueira Viva, além de análise de documentos ambientais e visitas a campo, verificaram-se as alterações que as atividades de lazer e turismo provocam ao meio ambiente, e a necessidade de um modelo sustentável para ser implantado nos locais pesquisados.

Sobre os impactos ambientais nos três casos estudados, observou-se que existem maiores e menores graus de impacto em cada caso, dependendo da sua localização no município, transporte, hospedagem, número de visitantes, tamanho da área do Parque, interesse pelo uso do local, estrutura oferecida e profissional capacitados para a tarefa e a política pública de cada local.

Quanto ao lazer é entendido pela maioria da população como um conjunto de atividades destinadas somente ao entretenimento ou à reposição das energias despendidas no trabalho. Embora seja correta tal conceituação, o lazer pode se constituir em uma importante forma alternativa de educação informal e permanente, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural de pessoas de todas as idades e de todas as classes sociais, promovendo novos métodos e técnicas para o desenvolvimento da cidadania.

No caso do Bosque da Princesa, este está localizado dentro da cidade, de fácil acesso para todo tipo de público, recebendo um número regular e constante diariamente, aumentando nos finais de semana e datas comemorativas ou campanhas públicas, sendo exaustivamente usado para este fim.

O local também é ideal para crianças que aproveitam algumas horas do dia no playground, casais passeiam e namoram nos bancos e embaixo de árvores, os idosos caminham e observam o dia. Enquanto outros fazem da caminhada pelo circuito do Parque seu exercício diário ou semanal. Assim, o interesse que sobressai do local é o uso da população no seu tempo livre. A área do Bosque pode ser visualizada integralmente pelo observador posicionado de dentro ou de fora, o que também facilita a sua vigilância por parte da segurança local. Os profissionais ali encontrados são na sua maioria de baixo nível escolar, sem conhecimento de manejo ambiental. A estrutura do Parque é precária, possuindo somente dois banheiros, um feminino e outro masculino em péssimas condições. Faltam materiais adequados para a manutenção e limpeza do Parque, cestos de lixo estão espalhados em locais muito distantes.

Conforme vivenciado o nível de impacto ambiental é grande, visto que a população não vê o Bosque como uma área verde a ser preservada e sim para ser desfrutada sem a preocupação de mantê-la intacta. Não há nenhum tipo de informação para o visitante dentro do Bosque.

Como forma de atender as necessidades do público que visita o Bosque, torna-se importante a existência de programas turísticos, proporcionando o uso público, mas de maneira a conciliar as necessidades educacionais e de recreação da população com os objetivos de conservar os recursos naturais. Assim a adoção de um correto delineamento do perfil do visitante, no que se refere basicamente às suas características sócio-econômicas e culturais, além de levantamento dos recursos existentes na área.

Quanto ao transporte deveriam ser colocadas linhas de ônibus para facilitar a chegada até a entrada. A falta de uma linha de ônibus gera dificuldade de acesso a uma parte da população.

Outro caso a ser discutido é o do Balneário “Reino das Águas Claras”, situado na região do Piracuama, onde se leva de carro, cerca de 20 minutos do centro de Pindamonhangaba. O acesso também é feito por linha de ônibus urbana que serve a região e uma linha de trem especial com parada dentro do Balneário. No percurso placas sinalizam a chegada até o local, facilitando o acesso. O fluxo de pessoas é maior no verão, principalmente nos fins de semana e feriados.

Os visitantes são na grande maioria da população local, escolas próximas e de outras regiões, famílias, grupos de amigos e visitantes interessados sobre a literatura de Monteiro Lobato.

O Parque oferece em seu amplo espaço verde, com subidas e descidas, escadarias e rampas, pouco sinalizadas, uma busca pelo passeio, o descanso e o relaxamento. O lúdico também está presente nas esculturas de personagens de Monteiro Lobato, transformando o local em algum ponto do imaginário de cada um.

Muitos buscam a diversão em banhos no Rio Piracuama e nos três lagos artificiais do Balneário.

Pode-se considerar que o impacto ambiental é muito grande, visto que o número de visitantes que chega é consideravelmente superior ao do Bosque da Princesa, e esta mesma população não está preparada nem informada sobre o uso do local com consciência de preservação. O mais importante é que a área oferece espaço para que haja monitores, cursos, palestras para sensibilizar os visitantes que passariam a ser participantes desta ação. Haja visto que não basta para o meio ambiente e nem para uma completa conscientização, colocarem cestos de lixo para reciclagem, gigantes e coloridos, visando somente à economia

com latinhas de alumínio e sim capacitar pessoas para o desenvolvimento de programas e projetos de Educação Ambiental, mas para isso exige-se tempo, dinheiro, mão-de-obra especializada e público interessado.

O Parque Municipal do Trabiçu, dentro dos três casos estudados, é o que se encontra em maior estado de abandono e descaso. Descaso para com o próprio ambiente que foi modificado e preparado para existir como Parque, descaso para com um público interessado em conhecer e observar este local, para estudo e adquirir novos conhecimentos sobre a Fauna e Flora desta parte da Mata, além de trazer um outro ritmo de vida para aqueles que vivem nas cidades. E o descaso político que não enxerga o potencial, se bem elaborado, de benefícios para a comunidade científica; porque somente podendo conhecer realmente é que se pode respeitar e assim fazer do Turismo sustentável uma vivência local.

Tudo ali está no potencial; existe uma estrutura básica e necessária que pode se transformar em algo maior e mais eficaz, porém não existe nenhum profissional para atender a esses locais onde poderiam ser dados cursos, palestras, exposições, pesquisas, trilhas que levam ao local de vegetação secundária (Floresta).

Situado a uma distância de 14 km do centro de Pindamonhangaba ou vinte minutos de carro, sendo uma parte da estrada de terra com buracos e pedras, não existe linha de ônibus, pois a estrada é muito estreita e só se pode chegar de carro até a portaria. No percurso não existem placas ou informações sobre o local, apenas um aviso de leitura pintado à mão que indica não um Parque, mas de uma Fazenda, muito próximo da chegada do Parque.

É muito difícil obter informação em Pindamonhangaba sobre a localização do Parque inclusive entre os próprios funcionários que trabalham com Turismo. O que demonstra que tanto a população da cidade quanto da região não tem conhecimento do que existe no Parque para o seu lazer.

O local cobre uma área de 5.904.800 m², tendo somente um rapaz que mora no local e atende quem chega até sua casa para obter informação.

A visitação só pode ser feita com agendamento prévio na Secretaria de Turismo de Pindamonhangaba.

Atualmente o Parque é raramente freqüentado por professores e alunos de Biologia da Universidade de Taubaté, que fazem pesquisas e levantamentos da Flora e da Fauna características do local.

Este possui uma paisagem de importância relevante com redutos ecológicos, recebendo muito poucos visitantes e não sendo respeitado e conhecido pela população como um local de mata centenária de diversas espécies, animais como onça do mato, tucanos, capivaras e lontras, cachoeiras com até 30 metros e diversas trilhas sinuosas que são desafios aos praticantes do ecoturismo.

O Departamento de Turismo estimava que o ideal de atendimento diário neste Parque seria de até 300 pessoas, mas o que se tem verificado são as atividades irregulares como a derrubada clandestina de palmeiras nativas, extração ilegal de palmito e a caça predatória de animais silvestres.

A policia florestal não possui um número suficiente de guardas e viaturas com condições para fiscalizar esta área.

O ideal para minimizar tal situação é através de programas de educação ambiental, formando e conscientizando uma geração de profissionais motivados na proteção do meio ambiente, que deve ser aquele que se expressará em uma organização universal que considere as necessidades humanas sem prescindir da preocupação com a integridade ambiental. Introduzindo esse conceito na discussão sobre o uso recreacional dos recursos do Parque, pois o que se tem visto neste local são práticas de atividades de lazer e de turismo com total falta de preocupação em razão de o Parque ser considerado uma mercadoria a ser consumida.

Não basta conscientizar, também é necessário proteger, pois o Parque está sendo alvo de caçadores e depredadores da mata, sendo a fiscalização insuficiente.

De Reserva Ecológica Municipal do Trabiju, criada pela lei nº 1627 de 27 de junho de 1979, até ser criado e denominado em 3 de Setembro de 2001, como Parque Municipal do Trabiju pouca coisa mudou.

A utilização racional dos recursos existentes no Parque, o atendimento aos visitantes, infra-estrutura de atendimento turístico, pessoal capacitado em ecoturismo e em informação e orientação ambiental, e principalmente a defesa e proteção do Parque seria o mínimo esperado.

Verificou-se que a maior atenção deve ser direcionada à recepção do visitante nos parques, principalmente por ser o seu primeiro contato de forma que o conhecimento do conjunto das possibilidades recreativas e educativas dos Parques seja sistematizado. No Parque Municipal do Trabiju não existem funcionários para atender o visitante no momento de sua entrada. Já no Bosque da Princesa, o guarda Municipal nem atende os visitantes do Parque, se preocupando somente com o patrimônio. No Balneário Reino das Águas Claras, existe uma recepção, mas apenas encarregada de receber os ingressos que são vendidos na bilheteria, para que o visitante possa entrar no Balneário.

Percebeu-se a inexistência de uma campanha regular de educação ambiental nos Parques, que pode ser utilizada como uma maneira de conscientização dos visitantes e moradores das localidades. Nenhum dos locais pesquisados realizam algum trabalho voltado para educação ambiental do visitante.

A pesquisa abordou problemáticas tais como a sazonalidade, quando se verificou que muitos visitantes aparecem no verão, como no Balneário Reino das Águas Claras e no Bosque da Princesa, e poucos turistas no inverno, com exceção do Parque do Trabiju onde esse fator não ocorre devido ao desconhecimento do local pela população.

Os benefícios do turismo e do lazer em relação ao meio ambiente deverão ser acompanhados de um programa de Educação Ambiental nestes parques o qual trará inúmeros efeitos econômicos e sociais, como conservação das áreas naturais, geração de empregos, aumento da renda e fixação da população no local de origem.

Esta pesquisa demonstrou a importância dos temas para a cidade de Pindamonhangaba, somando-se ao fato que a cidade está começando a pensar em seu desenvolvimento turístico.

Explicou a importância da preservação da natureza, relacionando-a com a área do lazer e do turismo sustentável.

Assim sendo, optou-se por fazer um resumo comparativo entre as três áreas para melhor compreensão dos aspectos relacionados à análise dos locais para o uso público.

1. Quanto ao Transporte:

O ideal seria manter pelo menos uma linha de ônibus para atender a população, na sua chegada até a entrada dos Parques, com informação de horários em locais públicos, e o uso de cartazes dentro destes meios de transporte, informando sobre o que estes Parques oferecem e já conscientizando da importância da preservação e conservação do meio ambiente.

Para se chegar até ao Balneário, o uso de meios de transporte são diversificados: como ônibus, trens turísticos, carros de passeio, vans, que atende plenamente a população que vem da cidade e de outras regiões.

O Bosque, por estar localizado na zona central facilita o acesso de quem está na cidade e pode ir a pé, mas pelo fato de não ter um meio de transporte coletivo que leve o visitante até a sua entrada, acaba atendendo parcialmente o seu público.

O Parque do Trabijú, neste aspecto não atende as necessidades de uso público, pois não oferece nenhum meio de transporte até a sua localidade, dificultando sua utilização pela população.

2. Hospedagem:

Verificou-se que nenhuma das áreas naturais estudadas oferece ao seu usuário condições de pernoitar. A hospedagem deve manter seu foco na questão ambiental, os padrões das construções não devem prejudicar o meio ambiente e é essencial para o setor da hospitalidade. O turista de hoje, gosta de pensar que está se hospedando em acomodações projetadas de acordo com o estilo local.

3. Plano de Gestão:

O Balneário e o Bosque atendem parcialmente a esses aspectos, pois possuem algumas diretrizes, metas e ações, mas que infelizmente encontram-se somente no papel; não tendo sido realizado até o momento dessa pesquisa uma análise da demanda, o que seria fundamental em qualquer planejamento para melhorar a estrutura administrativa ou um plano de ação com objetivo de sanar as dificuldades para o desenvolvimento desses locais.

O Parque do Trabiju foi criado com objetivo básico de dar condições para a construção da Aldeia Trabiju, na qual seria levantada com estrutura de madeira e coberta com piaçava, reproduzindo a filosofia de vida de uma comunidade indígena que sabia viver em sintonia com a natureza.

Existem duas modalidades para se frequentar o Parque do Trabiju, a visita esporádica e a programada. A primeira é caracterizada para tomar conhecimento da sua existência. O turista aproveita seu dia livre e faz a visita sem um dia pré-estabelecido. E a outra forma, seria pela solicitação antecipada através de ofício dirigido a Prefeitura Municipal. Mas após sua criação nada foi feito de concreto.

4. Infra-estrutura:

No Balneário a infra-estrutura atende parcialmente, dedicada à recepção do visitante, mas deixando a desejar somente quanto à oportunidade de hospedar o turista.

Já o Bosque e o Parque do Trabiju, também atendem parcialmente deixando a desejar quanto aos aspectos de manutenção, limpeza e restaurantes.

5. Participação da População:

O Balneário e o Bosque recebem a população de forma participativa, pois oferecem algumas opções de lazer como: caminhadas, trilhas, opção para crianças, piquenique, visando somente o bem estar do visitante, mas não voltadas às necessidades da preservação ambiental.

A pequena parcela de visitantes que chega até o Parque do Trabiju, são aqueles que buscam realizar alguma pesquisa na área ambiental, e do outro lado os devastadores, que se aproveitam da pouca fiscalização para retirar espécies nativas. Mas a grande maioria da população desconhece o local.

6. Mão de Obra Profissional:

Em todos os locais pesquisados os profissionais não atendem as necessidades dos visitantes, pois não receberam qualificação e treinamentos necessários.

7. Educação Ambiental:

Em todos os Parques pesquisados, não existe atividades voltadas à educação ambiental dos visitantes.

8. Políticas Públicas:

No Bosque e no Balneário, o número de visitantes é que determina a participação do poder público, que precisa manter estas estruturas funcionando para receberem um maior número de turistas. Mas isto ocorre sem um planejamento.

O Parque do Trabiju sendo desconhecido da maioria da população e muito pouco freqüentado possibilita a transferência da ação do poder público para outros locais que recebem maior número de visitantes.

Pindamonhangaba foi a cidade escolhida devido a sua peculiar geografia e por ainda possuir grandes porções de área natural em sua região urbana, espaço que estão ociosos como

exemplo o Parque do Trabiju ou utilizados de forma errônea, como Bosque da Princesa e Balneário Reino das Águas Claras.

A análise procedida pode ser resumida no Quadro 1.

ANÁLISE DE USO DAS ÁREAS						
Aspectos Impactantes	Balneário Reino das Águas Claras		Bosque da Princesa		Parque Municipal Trabiju	
	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Transporte						
Acesso	X		X			X
Interno	X			X		X
Hospedagem		X		X		X
Planos Gestores	X		X			X
Participação da População						
Utilização dos espaços	X		X			X
Na gestão		X		X		X
Elaboração da programação		X		X		X
Conhecimento dos locais	X		X			X
Infra-estrutura	X			X		X
Playground	X		X			X
Área de lazer	X		X		X	
Banheiros	X			X		X
Alimentação	X			X		X
Vestiário	X			X		X
Locais para eventos	X		X		X	
Política pública		X		X		X
Educação Ambiental		X		X		X
Capacitação		X		X		X
Interpretação ambiental		X		X		X
Interpretação cultural	X			X		X
Curso de conscientização ambiental		X		X		X
Mão de obra profissional		X		X		X

Quadro 1 – Estudo comparativo dos aspectos impactantes nas três áreas naturais pesquisadas em Pindamonhangaba, SP.

6 CONCLUSÃO

A discussão sobre o tema lazer em áreas naturais é bastante complexa e ainda há muito para ser pesquisado, principalmente em relação à sistematização de dados sobre o uso de áreas naturais na região urbana e sua realidade local, possibilitando a reflexão acerca dos efeitos da visitação a uma área natural de grande importância para o desenvolvimento urbano.

Nesta pesquisa, analisaram-se alguns aspectos relativos aos efeitos da visitação, ou da falta de utilização e verificou-se a necessidade de especial atenção do poder público em relação a essas áreas naturais.

O morador de Pindamonhangaba em sua maioria desconhece o Parque Municipal do Trabiju, o Bosque da Princesa é pouco utilizado pela população local, apesar de haver uma identificação dos moradores local com relação a este Parque, mas falta nele uma programação que atrai a população, já o Balneário Reino das Águas Claras, apesar de ser pago é o mais utilizado pela população local, principalmente no verão, mas faltando para esses freqüentadores um programa de educação ambiental.

Em respostas aos objetivos propostos deste trabalho, observa-se que os Parques oferecem um conjunto de possibilidades de recreação e de educação, necessitando de algumas intervenções.

O resultado indica que o Parque Municipal do Trabiju, Bosque da Princesa e Balneário Reino das Águas Claras devem ser preservados e parte deles utilizados como área de Educação Ambiental e Lazer, conservando as características dos mesmos e preservando a memória do lugar; embora estando ciente das dificuldades que serão encontradas por quem lida com preservação ambiental e análise de atividades de lazer em áreas naturais no campo político e cultural.

A cidade de Pindamonhangaba sendo carente de recursos financeiros e pessoais concedidos pelas grandes entidades que investem na preservação do meio ambiente, na cultura e lazer, fica impedida de proporcionar à sua população o acesso a esses benefícios, os quais conseqüentemente não são por ela reivindicados por desconhecer seus direitos em relação à cultura e à preservação ambiental de seu município, que se encontra atualmente em situação de devastação.

A lembrança é a matéria prima principal para registrar o pensamento e emoção que a iniciativa desse trabalho suscita depois da inesquecível fundação desses parques.

O que se vê e principalmente ouve nos dias de hoje, retrata a visão da pessoa que está vivenciando a realidade do momento atual, que poderá ser diferente daquela ocorrida no passado.

Como todo atrativo turístico é cultural e pode ser criado, os Parques possuem uma história. Isto nos leva a pensar em utilizar estas áreas amplas e bem distribuídas já existente, em espaços de Educação ambiental, aproveitamento lúdico, oficinas culturais, entre outras programações, para diferentes faixas etárias da população. Fica claro, que há necessidade de achar um ponto comum de ações que orientem o planejamento e a implantação da atividade turística, de lazer e de educação ambiental é de fundamental importância.

O Estado acerta na orientação de propor a gestão responsável dos recursos provindos do meio ambiente através da inter-relação entre o governo, iniciativa privada e a comunidade local de maneira participativa, porém essas propostas aparentam ficar somente no discurso, caso não haja a mobilização de organismos que busquem a realização destas práticas.

Para tentar alterar essa situação, ampliando as possibilidades de ações práticas baseadas na proposta de desenvolvimento que considere a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica, o projeto da transformação dos Parques vislumbra a criação de espaços em Pindamonhangaba que represente em essência a aliança entre turismo, meio ambiente e lazer

através de um trabalho conjunto, articulado, que resista aos processos de turismo predatório e alienador, e que seja ponto de partida para novas experiências aos seus participantes e beneficiados na consolidação de um processo educativo eficaz na formação de jovens cidadãos.

Para realização de atividades ligadas ao lazer e meio ambiente, não se pode deixar de lado as comunidades locais. Estas desempenham um papel importante no planejamento que se faz necessário para o desenvolvimento da atividade.

No entanto percebe-se que a atividade turística no Brasil está desordenada e pode-se observar em diversas localidades que o turismo está sem planejamento, sem fiscalização, sem um controle de seus impactos e, muitas vezes, a população residente desses locais não possui conhecimento e as políticas públicas não estão interagidas com os interesses da população local e sim ligados a fatores sócio-econômicos.

Essa investigação em busca de documentações demonstrou a ausência de pesquisa de campo sistematizada nas áreas estudadas, como fator gerador da dificuldade na realização desse trabalho, pois não existem registros anteriores para complementar essa pesquisa..

Razão esta das dificuldades para despertar no ser humano em geral, e particularmente nos órgãos e entidades acima mencionados, a preocupação em oferecer a sua população, condições de desfrutar o lazer, turismo e a noção da defesa do meio ambiente.

Acredita-se que ainda temos que caminhar muito para atingir um nível de sensibilização e conscientização suficiente para reverter o quadro de deterioração observado no Bosque da Princesa, no Parque do Trabiju e principalmente no Balneário Reino das Águas Claras, onde grande parte dos visitantes e funcionários não demonstra compromisso algum com a preservação ou a melhoria da qualidade de vida local.

Se o ser humano passar pela vida sem fazer uso da observação ele simplesmente não terá capacidade de discernimento para entender a importância de conservar seu ambiente natural, vivenciar e conviver com a sua história.

Fica como sugestão para pesquisas futuras, o estudo de outras áreas naturais ainda disponíveis para a prática do lazer no município de Pindamonhangaba e que estão ociosas.

Esta pesquisa atendeu aos objetivos e ao problema propostos. Verificou-se a importância das questões ambientais, vinculadas ao lazer e turismo sustentável em Pindamonhangaba.

Finalizando espera-se que este trabalho tenha contribuído para o conhecimento da realidade das áreas naturais em Pindamonhangaba e que os resultados alcançados possam ser úteis a novas pesquisas em outras localidades.

7 REFERÊNCIAS

ABREU, Waldomiro Benedito. **Pindamonhangaba tempo e face**. Pindamonhangaba: Santuário de Aparecida, 1977.

ACERENZA, Miguel Angel. **Administracion Del Turismo – coneptualización y organización**. México: Trilhas, 1991.

_____. **Administracion Del Turismo – conceptualización y organización**. Vol.1. México: Trilhas, 1997.

ALMEIDA, João Martins de. **Vultos de Pindamonhangaba**. Rio de Janeiro: Tupy, 1958.

ANDRADE, José Vicente. **Lazer Princípio, Tipos e Formas na Vida e no Trabalho**. Belo Horizonte: Antártica, 2001.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org). **Turismo. Como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 3. Ed. São Paulo: SENAC, 2002.

BEZERRA DE MENEZES, Ulpiano T. **Os usos culturais da cultura**. São Paulo: Hucitec, [199?].

BOULLÓN, Roberto et al. **Un nuevo tiempo libre**. México: Trillas: três enfoques teóricos prácticos. México: Trillas, 1993.

BRANDON, K. **Ecotourism and Conservation: a Review of Key Issues.** Environment Department Papers n.33, The World Bank, 1995.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Dimensões históricas da construção do patrimônio e dos atrativos culturais para o turismo no Brasil.** Anais do IV congresso de Turismo com Base Local. Joenvile (SC), 2000.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. **Educação para o lazer.** São Paulo: Moderna, 1998.

_____.(org) **Perspectivas e resultados de pesquisa em educação ambiental.** São Paulo: Arte& Ciência, 1999.

CASCINO, Fabio. **Educação ambiental. Princípios, história, formação de professores.** São Paulo: SENAC São Paulo, 1999.

CESAR, Newton Lacerda, Momentos Históricos de Pindamonhangaba. **Tribuna do Norte,** Pindamonhangaba 15 jul. 1987.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio.** Lisboa (Portugal): Edições 70, 2000.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum.** 2ed., Rio de Janeiro, FGV, 1991.

CORREIA, Tupã Gomes. (org), **Turismo e lazer.** São Paulo: Edicon, 1999.

DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Huicitec, 1996.

DUMAZEDIER, Jofre. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

_____. **O lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **Planejamento de Lazer no Brasil: a teoria sociológica de decisão**. São Paulo, Sesc Codes, Ducote. Celazer. 1980.

EAGLES, P.J.; McCOOL, S.F. **Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management**. Gland, Switzerland, 2002.

EMBRATUR/ IBAMA. 1994. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Enciclopédia Microsoft. **Encarta**, 1999. CD-ROM

FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FISCH, Simey T. Vieira. **Dinâmica de *Euterpe edulis* Mart. na Floresta Ombrófila Densa Atlântica em Pindamonhangaba**. São Paulo, 1998. 126f. (Tese Doutorado em Ecologia) USP, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GUISARD, Filho Félix. **Jacques Félix**. São Paulo: Atenia, 1938.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: A conexão necessária**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

HILL, J. Turismo ambiental: Uma jornada de conhecimento. In: CAMARGO, Luiz Octávio de Lima (org). **Perspectivas e resultados de pesquisa em educação ambiental**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOEFFEL, João Luiz, **I Jornada de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Unibero, 2001.

HOLDER, Jean S. **Pattern and impact of tourism on the environment of the Caribbean**. Londres: Managing tourism, 1991.

HUDMAN, L. **Geography of travel and tourism**. Londres: Managing tourism, 1991.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LANCELOTTI, R. Júlio. Violência sem espaço. **Revista E**, São Paulo, SESC, nº 09, 2001.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas (SP): UNICAMP, [19-?].

LOWENTHAL, David. **El Pasado es un país extraño**. Madri (Espanha): Akal, 1998.

MARCELINO, Nelson C. (org). **Lazer: formação e atuação profissional**. 2.ed. Campinas (SP): Papirus, 2000.

_____. **Políticas públicas setoriais de lazer – o papel da prefeitura.** São Paulo: Autores Associados. 1996.

MARCONDES, José M. Puppio. **O Visconde da Palmeira e a cidade imperial.** Pindamonhangaba: JAC, 2000.

MEDEIROS, Ethel B. **Educação para o Lazer.** Rio de Janeiro: SESC, 1980.

MEDINA, Naná Mininni; SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação ambiental: uma metodologia participativa de formação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MICHAUD W. **Vers une Science des civilizations.** Bruxellis: Complexe. 1992.

NOGUEIRA, J. L.; **Os alicerces de Pindamonhangaba - Um Resumo Sobre a História Primitiva da Cidade:** JAC, 1995.

PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. Uma abordagem participativa para a conservação de áreas naturais: educação ambiental na mata atlântica. In: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. **Anais...** Vol. II. Curitiba. IAP; Rede Nacional Pró Unidade de Conservação. 419- 428 pp.

RAMOS, M & BUYLLA, A. Demography and allometry of *Cecropia obtusifolia*, a neotropical pioneer tree – ana evaluation of the climax – pioneer paradigm for tropical rain forests. **Journal of Ecology** 80. 1992.

REALE, Ebe. **Pindamonhangaba: cidade do segundo reinado.** São Paulo: sine nomine. 1970.

REQUIXA, Renato. **O lazer no Brasil.** São Paulo: Brasiliense. 1997.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável.** Campinas (SP): papyrus. 1999.

SALGADO, Sebastião. A outra globalização. **Revista Veja**, São Paulo, 1999, n.03, p.09-11, jan.1999.

SANDEVILLE JUNIOR, Euler. **I Jornada de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Unibero, 2001.

SANTOS, Afonso C. Marques. **Entre a destruição e a preservação**. Rio de Janeiro: sine nomine, [19-].

SANTOS, Milton. Lazer popular e geração de empregos. In: SESC. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: World Luruse. 2000.

SÃO PAULO, Secretária do Meio Ambiente Coordenadoria de Educação Ambiental. **Educação Ambiental em Unidade de Conservação e de produção**. São Paulo, 1991.

SESC. **Caderno de lazer. Renato Requixa**. São Paulo, Julho, 1976.

_____. **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: World Luruse. 2000.

SNCUC. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5.ed.aum. Brasília: MIMA/SBF, 2004.

STIGLIANO, B. V. **Visitantes em Unidades de Conservação**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. 2004.

SWARBROOKE, John. **Turismo Sustentável: Turismo Cultural, ecoturismo e ética**. Vol.5. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIBUNA DO NORTE. 1996. **A Reserva Ecológica do Trabiçu**. Pindamonhangaba, 10 de julho, de 1996.

TRIGO, Luiz G. G. **Turismo Básico**. 4. ed. São Paulo: SESC, 2000.

TULIK, Olga. **I Jornada de Turismo, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Unibero, 2001.

UICN, CPNA, CMMC, 1994. **Directrices para lãs categorias de manejo de áreas protegidas**. Switzerland e Cambridge, Gland.

VARINE-BOHAN, Hugues. **Patrimônio cultural**. São Paulo: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974.

WESTERN, David. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: SENAC São Paulo, 1995.

WICKERT, Maria Lucia Scarpini. **Pequeno manual de educação ambiental**. Brasília: Funatura, 1991.

Internet

A sustentabilidade na prática do dia a dia. Disponível em: www.meioambiente.com.br. Acesso em 2 de outubro de 2007.

CMC Multimídia. Disponível em: www.pindavale.com.br/turismo. Acesso em 20 de setembro de 2007.

Google Eart. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em 13 de janeiro de 2008.

Meio Ambiente. Disponível em: www.folhadomeioambiente.com.br. Acesso em 5 de abril de 2007.

Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em 23 de novembro de 2007.

Plano Diretor do Município de Pindamonhangaba. Disponível em: www.pindamonhangaba.sp.gov.br. Acesso em 28 de setembro de 2007.

Turismo e Eventos. Disponível em: www.valeverde.com.br. Acesso em 10 de agosto, de 2007.